



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LIDIA MARIA REIS TORRES

CAFÉ ENCORPADO: trabalho, morada e corpo nos cafezais de Cabo Verde (MG)

CAMPINAS

2023



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LIDIA MARIA REIS TORRES

CAFÉ ENCORPADO: trabalho, morada e corpo nos cafezais de Cabo Verde (MG)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nashieli Cecilia Rangel Loera

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA LIDIA MARIA REIS TORRES, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. NASHIELI CECILIA RANGEL LOERA.

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

T636c Torres, Lidia Maria Reis, 1996-
Café encorpado : trabalho, morada e corpo nos cafezais de Cabo Verde (MG) / Lidia Maria Reis Torres. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Nashieli Cecilia Rangel Loera.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Corporalidade. 2. Café. 3. Trabalho. 4. Habitação. I. Loera, Nashieli Cecilia Rangel, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Full bodied coffee : work, home and body in coffee plantations in Cabo Verde (MG)

Palavras-chave em inglês:

Corporeality
Coffee plantations
Work
Housing

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestra em Antropologia Social

Banca examinadora:

Nashieli Cecilia Rangel Loera [Orientador]
Mariana Miggiolaro Chaguri
Verena Seva Nogueira

Data de defesa: 10-03-2023

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7244-3359>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2180565055720819>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelas Professoras Doutoradas a seguir descritas, em sessão pública realizada em 10/03/2023, considerou a candidata Lidia Maria Reis Torres aprovada.

Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera

Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri

Profa. Dra. Verena Seva Nogueira

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para meu primeiro parceiro de trabalho de campo. Em memória de seu olhar sensível e do seu sorriso que me abria caminhos e incentivava os meus sonhos. Para meu pai.

Agradecimentos

A Unicamp é um mundo. Uma teia de oportunidades e possibilidades. Agradeço ao FAEPEX (Fundo de apoio ao ensino, pesquisa e extensão), pela bolsa concedida ainda durante a minha Iniciação Científica, lá na graduação descobri o amor pela pesquisa e pelo mundo rural brasileiro. Graças ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pude dar continuidade à pesquisa e minha trajetória universitária.

Graças à Unicamp e ao trabalho de pesquisa remunerado, pude sair do meu estado natal e do meu país. Conheci pessoas que deixaram o meu olhar mais forte e mais terno. Participei de eventos que fizeram com que eu ampliasse a minha visão de mundo, compreendendo com muito mais cautela e seriedade os acontecimentos do passado e do presente.

Agradeço pela formação que recebi e por todos os professores que tive durante a graduação e pós graduação. Por cada um, tenho uma profunda gratidão e admiração. Aos professores Rodrigo Toniol, Mariana Chaguri, Nashieli Loera, Taniele Rui e Christiano Tambascia, agradeço por terem me marcado de maneira especial. Durante as aulas, o brilho no olhar, a seriedade, a excelência, a didática e humanidade, me impactaram durante suas aulas e me fizeram analisar o que eu precisava cultivar em mim para ser uma boa profissional em qualquer área da minha vida. Em especial, agradeço ao professor Christiano Key Tambascia pela correção generosa de um trabalho final, suas palavras me encorajaram a trilhar o meu próprio caminho e fizeram com que tudo desaguasse para o caminho da Antropologia Rural.

Agradeço ao IFCH, como espaço físico, pelos espaços de convivência gostosa. Pela paisagem que caía bem com o cafezinho de toda manhã. Agradeço aos funcionários da cozinha, da limpeza, da secretaria de eventos, da secretaria de graduação e pós graduação, pela cordialidade e profissionalismo cotidianos.

Agradeço às pessoas com que encontrei em todos estes anos de Unicamp. Em especial, agradeço minhas companheiras de repúblicas que tornaram meu processo de construção e auto descoberta como algo deliciosamente leve. Tude, Flávia, Camila, Júlia, Jaíne, Paulinha, Aline, Amanda, Gabi, Renan, Du, sem vocês a vida em Campinas teria sido muito menos sorridente. Obrigada por terem sido meus amigos-casa. Com vocês aprendi a amar mais a vida e a mim mesma.

À minha psicóloga, Helena Branquinho, agradeço por tudo aquilo que é impossível de ser descrito. Em todo o trajeto, significados e ressignificados você esteve lá. Sou muito grata por Barão Geraldo ter me permitido este encontro também.

Ao Centro de Estudos Rurais da Unicamp, minha gratidão sem fim. Com vocês aprendi que a pesquisa se faz junto, se faz com companheirismo, leveza, risadas, comidas e cafés. Em especial, agradeço à Maiane Fortes, Maiara Dourado, Marco Tobón, Ana Marcucci, Antonio Marcos Santos, Lorena Aragão, Diego Ortiz, Carlos Eduardo Machado e Elis Corrado, pela gentileza dos comentários e da convivência. Por terem construído essa dissertação comigo em cada debate e dando novos sentidos ao fazer e ao ser pesquisadora.

Aos meus colegas do mestrado, por me ensinarem que a teoria é descomplicada e que a troca de conhecimento quando vem com troca de afeto é mil vezes mais potente. Com gratidão e saudades das convivências e conversas, agradeço em forma de abraço apertado à Tarcisia Emmanuela, Gustavo Córdoba, Felipe Puga, Giovanna Paccilo, Lucas Bacceto, Lucas dos Anjos e Paola Argelin.

À Carolina Simões, pelo acolhimento, doces e companhia durante madrugadas de escrita. Com você é mais fácil seguir. Obrigada, Ca!

À minha orientadora Nashieli Loera, agradeço por ter visto em mim algo possível de ser desenvolvido. Por ter sempre um sorriso no rosto e um olhar etnográfico e teórico potente, por incentivar que eu “fosse eu” na pesquisa e na escrita, quando eu não via saídas e murmurava ansiedades. Quando acompanhei a Nash em campo, descobri o que é a Antropologia e vendo a sinceridade dela com a terra, com os interlocutores, comigo e com ela mesma, guardo dentro de mim o maior exemplo do que é a antropologia. Obrigada Nash, por ter permitido que todas essas vivências e caminhos fossem possíveis e por me ensinar, através do seu exemplo, que pesquisar é não perder o brilho no olhar e a ternura frente à vida.

Agradeço aos meus sobrinhos, por serem sempre meu ponto de calma e paz. Às minhas irmãs, por serem meu espelho e por me encorajarem a “ir viver”, sendo as melhores conselheiras que eu poderia ter. Com vocês, descobri que o amor cura e deixa mais fácil as travessias.

À minha mãe, agradeço por me lembrar que um diploma não tem valor, se eu não conseguir olhar para a vida e para as pessoas com horizontalidade e falar “na mesma língua delas”. Obrigada por ter sido meu amparo e fortaleza quando eu não tive forças para continuar. Dedico esta dissertação e a conquista também e carinhosamente para você.

Aos meus interlocutores, agradeço a confiança, a generosidade, as palavras, ensinamentos e cuidado. Espero que esta pesquisa retribua para vocês também o bem e os presentes, que sem saber, vocês trouxeram a mim.

Por fim agradeço ao Gastrocentro da Unicamp. Lá, eu e minha família, vivenciamos um atendimento humanizado e profissional, tendo acolhimento e informações precisas,

quando tínhamos medo e um mar de ansiedades. A possibilidade de aproveitar o mundo que é a Unicamp, tantas vezes me deu esperanças e amor. Fica aqui um agradecimento especial ao Hospital das Clínicas, por ter ampliado o amor não só à mim, como estudante da Unicamp, mas à minha família. Só por isso já teria valido a pena ter vivenciado a Unicamp. Mas ela foi muito mais.

Que sorte a minha. Espero que cada vez mais pessoas possam ter acesso a este universo de possibilidades que é a Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

A terra é um bem comum
Que pertence a cada um.
Com o seu poder além,
Deus fez a grande Natura
Mas não passou escritura
Da terra para ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez,
Se é obra da criação,
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.

Quando um agregado solta
O seu grito de revolta,
Tem razão de reclamar.
Não há maior padecer
Do que um camponês viver
Sem terra pra trabalhar.

(A Terra É Nossa- Patativa do Assaré)

Resumo

Nesta pesquisa procurarei entender a dinâmica de trabalho nos cafezais, em fazendas situadas no município de Cabo Verde, sul de Minas Gerais. Evidenciarei com a estrutura de fazendas perpetuam relações de trabalho-morada, e como as dinâmicas familiares influenciam nas dinâmicas de trabalho. A partir de uma abordagem que focaliza a pessoa, trarei aspectos do trabalho nas lavouras de café, que sinalizam discussões sobre pessoa, técnica e organização do trabalho. Desta maneira, irei explorar a hipótese de que não é qualquer corpo que é engajado na colheita, nem trabalha de qualquer maneira, uma vez que os modos diferenciais de trabalho vinculam-se a determinadas características corporais e sociais tidas, pelos meus interlocutores, como intrínsecas a homens ou mulheres.

Palavras-chave:

Corporalidade, café, trabalho, morada

Abstract

In this research, I will try to understand the working dynamics in coffee plantations, on farms located in the municipality of Cabo Verde, south of Minas Gerais. I will highlight how the structure of farms perpetuates work-dwelling relationships, and how family dynamics influence on work dynamics. From an approach that focuses on the person, I will bring aspects of labor in coffee plantations, which signal discussions about person, technique and work organization. In this way, I will explore the hypothesis that it is not just any body that is engaged in harvesting, nor does it work in any way, since the differential modes of work are linked to certain bodily and social characteristics taken by my interlocutors as intrinsic to men or women.

Lista de Imagens

Figura 1: Vista da janela: Montanha de cafés. Novembro de 2022. Lidia Torres	15
Figura 2: Trabalhador no terreiro de secagem dos grãos de café. Julho de 2017. Lidia Torres	21
Figura 3: Registro dos primeiros casamentos em Cabo Verde. Fonte: A Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua História. Adilson de Carvalho.1998	32
Figura 4: Casas da Colônia. Julho 2018. Lidia Torres	39
Figura 5: Foto área da Fazenda Monte Alto¹, disponível em acesso via Google. 2022	43
Foto 6: Colônias. Julho 2018. Frana Torres	44
Foto 7: Parte do Alojamento. Julho de 2017. Frana Torres	48
Figura 8: Os pés de mandioca. Julho de 2017. Frana Torres	51
Figura 9: Maquininha de 10 dedos. Julho de 2018. Lidia Torres	56
Figura 10: Seleção manual dos grãos de café. Ivan Santana. 2022	73
Figura 11: Foto do Site Projeto Florada. Acesso em 2022	76

¹ O nome da fazenda e dos interlocutores são fictícios.

Sumário

Palavras-chave:	10
Introdução: gente de fora e os daqui	15
Capítulo 1	20
Terra, Camaradas e Patrões: hierarquias e formas de usos da terra	20
1.1. Terra, política e capital: A importância da Lei de Terras e do Regime de Colonato para a cafeicultura brasileira	22
1.2. Categorias de trabalho nos cafés: Marcadores de assimetrias e permissividades	28
Capítulo 2	37
Alojamentos e Colônias: trabalho de morada e sociabilidade nas fazendas de café	37
2.1. O trabalho de morada na configuração da colheita do café	39
2.2. Nos movimentos, sempre há algo que fica	45
Capítulo 3	55
Café encorpado	55
3.1. Corpo, trabalho e dores nos cafezais	57
3.2. Corpo do café: o que buscam os produtores de cafés especiais	68
Considerações Finais	77
Referências Bibliográficas	83



Figura 1: Vista da janela: Montanha de cafês. Novembro de 2022. Lidia Torres

Introdução: *gente de fora e os daqui*

Foi no começo de junho de 2020 as primeiras vezes que neste ano, da minha casa, ouvi o som da *maquininha*¹. Minha mãe logo pontuou: “Eles começaram antes das 7h, aproveita que está em casa, estuda de frente pra eles e observa tudo. Você viu que as cores do café mudaram?”². Minha mãe, que não tem ensino superior, mas que tantas vezes parecia saber tudo de etnografia, me chamou atenção para algo que só agora enquanto escrevo a dissertação percebo: que o que eu olhava pela minha janela compõe o universo da minha pesquisa.

Edward Evan Evans-Pritchard (1978), em seu clássico “Os Nuer” já refletia sobre o universo de possibilidades que lhe mostrava seu campo ao olhar da sua barraca: “da porta de minha barraca, podia ver o que acontecia no acampamento ou aldeia e todo o tempo era gasto na companhia dos Nuer. A informação foi, assim, reunida em partículas de cada Nuer que encontrava usado como fonte de conhecimento” (1978:20).

Através da minha janela, durante o momento mais intenso e restritivo da pandemia de Covid-19 toda manhã, entre às 7h e 7h30, era possível ver sempre um carro vermelho chegando entre os corredores de cafés, alguns panos brancos estendidos ao chão e duas, às vezes, quatro pessoas *panhando*³ café. Às 10h30, o som da *maquininha* cessava e voltava antes do meio-dia, provavelmente seria esse o horário para a pausa do almoço. Entre às 16h30 e 17h30, era possível ver um caminhão parando entre os corredores dos cafezais e pessoas *descarregando* o café para pesagem antes de encerrar o expediente. O deles. E o meu.

Acabou virando rotina tentar alinhar as leituras e observações de acordo com os horários dos apanhadores que estavam ali, de frente da minha janela, e que mostravam um pedacinho do universo que há entre os corredores de cafés nas montanhas do sul de Minas Gerais. Com o isolamento social que estava vigente nos períodos de safra dos anos de 2020 e 2021, observar pela janela era a melhor alternativa de pesquisa até então. Um cenário diferente do que aconteceu, por exemplo, em minhas visitas à campo em anos anteriores., durante minhas pesquisas de iniciação científica, no que eu habitualmente chamava de idas ao campo, em um sentido Malinowskiano que significava sair de casa e ir até os cafezais nas fazendas estudadas.

¹ Como a população se refere à moto derriçadeira, instrumento utilizado pela maioria das pessoas para colher café. A partir de agora, termos locais virão grafados em itálico. As citações entre aspas duplas.

² Diário de campo. 02/06/2020. Cabo Verde/MG

³ Como a população local se refere ao ato de apanhar café.

A fazenda que eu visitava ficava há 20 minutos da *cidade*, e como se tratava de uma *grande fazenda*⁴, por lá, a *turma*⁵ se organizava de maneira diferente daquela que eu via através da minha janela. Antes das 7h da manhã, *panhadores de café*, proprietários da fazenda e outros funcionários, ficavam no *terreirão* em frente ao escritório sede da fazenda para organizar qual *turma* iria para cada *corredor* de cafezal. O núcleo de pessoas que trabalhavam juntos, as *turmas*, eram sempre as mesmas, mas a cada dia era decidido em quais lotes de café cada uma delas iria trabalhar.

Ao contrário daquela *turma* que eu via, que ia de carro até os *cafezais* e que organizava de maneira própria o trabalho, o que é comum quando se trata de *turmas* menores, de até cinco pessoas, as *turmas* das *grandes fazendas* precisam antes de começar a *panha*, estar junto com outros funcionários, já que dependem de transportes das próprias fazendas em que trabalham para conseguir chegar até os *corredores de cafês* determinados para a atividade daquele dia.

Quando o local era mais afastado do espaço da sede da fazenda, onde eles se reuniam antes das atividades na colheita começarem, as *turmas* iam para os *cafês* em caminhões ou *kombis*, disponibilizadas pelas fazendas, que os levava até o local de trabalho.

Em outros anos, se eu acordasse um pouco mais tarde, ou me perdesse até o caminho da fazenda e chegasse lá depois das 7h da manhã, eu *perdia* a divisão e explicação de onde cada *turma* iria trabalhar e depois sozinha, não conseguia chegar até eles.

Um dia D. Ana, uma de minhas interlocutoras que veio do norte de Minas Gerais, para a colheita do café em Cabo Verde, falou brincando, “se você perder a gente, é só seguir o som da *maquininha* que você acha a gente”. Mas eram quase 100 *maquininhas* trabalhando juntas naquela fazenda.

Cabo Verde, sul de Minas Gerais, lócus empírico da pesquisa é um município de 14 mil habitantes. É comum ouvir da população local que *todo mundo se conhece*, ou conhece alguém que conhece aquela pessoa. São raras as exceções em que isto não acontece. Época de *panha*, é uma das exceções em que transitam pela cidade rostos que são identificados como *diferentes*, por não serem dali. Isto porque durante a safra, que ocorre normalmente entre os meses de maio a agosto, a cidade recebe cerca de 3.500 pessoas⁶ de outros municípios para o

⁴ Aqui chamarei de *grande fazenda*, respectivamente, àquelas em que os proprietários não são aqueles que colhem o café e contratam trabalhadores de outras cidades, e são muitas vezes monocultores e exportadores. *Pequenas propriedades*, por sua vez, considero àquelas em que os proprietários trabalham e moram naquele lugar, e que se colocam como produtores familiares.

⁵ Como é conhecido o grupo de pessoas que se junta, seguindo redes de proximidade, para ir para a colheita do café.

⁶ Dados da Prefeitura Municipal de Cabo Verde < <https://www.caboverde.mg.gov.br/cabo-verde/economia> > Acesso em 22/04/2022.

trabalho na colheita. Trabalhadores(as), majoritariamente de cidades da Bahia, Paraná e do norte de Minas Gerais vem para Cabo Verde e residem nas áreas rurais do município durante toda a safra.

Mesmo que os trabalhadores e trabalhadoras sejam provenientes de diferentes cidades, estados e regiões, “aqui (em Cabo Verde), eles chamam todo mundo que vem *de fora* de *nortista*, né? É tudo *nortista*”⁷, como relatou Paula, uma de minhas interlocutoras que veio da Bahia para a colheita do café em Cabo Verde e nunca mais voltou para seu estado de origem, estando há 13 anos na cidade que escolheu morar.

Em Cabo Verde, eu cresci ouvindo a frase “fecha a casa, a cidade tá cheia de *gente diferente*”, “cuidado, tá cheio de *gente de fora*”. O *diferente*, e o *de fora*, eram referências para quem não era dali, para aqueles a quem não se conhece e que são olhados quase sempre com desconfiança.

Norbert Elias e John Scotson (2000), em seu livro “Os Estabelecidos e os Outsiders”, focam nas relações constituídas na pequena comunidade de Winston Parva, nome fictício dado a uma vila localizada na região de Leicester, Inglaterra. Os autores destacam as relações de poder, marginalização e estigma da comunidade. Os Estabelecidos, nas análises dos autores, tratavam todos os recém-chegados como pessoas que não se inseriram no grupo, como “os de fora” considerando-os outsiders. Para eles, a estigmatização e o afastamento individual e coletivo, ainda que feitos de maneira inconsciente por parte da população, seriam mecanismos para a sustentação do *status quo* de um determinado grupo e corroboraria para que estruturas sociais e de poder se mantivessem. Nas palavras dos autores

a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar (Elias e Scotson, 2000:257)

Semelhante às dinâmicas assinaladas pelos autores na pequena vila industrial de Winston Parva, em Cabo Verde, no sul de Minas Gerais encontramos também situações nas quais a população local estigmatiza aqueles que chegam para ocupar ainda que temporariamente o município.

É comum um mesmo grupo de trabalhadores(as) ir para Cabo Verde para trabalhar nas mesmas fazendas de café durante anos. Em um dos grupos que acompanhei durante a

⁷ Diário de Campo, 31/01/2020. Cabo Verde/MG.

pesquisa de campo, os trabalhadores eram de cidades do norte de Minas Gerais, e iam para a colheita em Cabo Verde, há quase 10 anos e, ainda assim, eram tidos como *gente diferente* por grande parte da população caboverdense, quando estavam com eles ou os viam em supermercados, feiras, hospitais e consultórios médicos.

Carlos Eduardo Machado (2017), ao pesquisar a chegada de migrantes para trabalhar em uma usina em Borá, cidade localizada no interior do estado de São Paulo, traz dados de seu campo articulado com uma importante literatura das Ciências Sociais para mostrar como a presença do “Outro”, do recém-chegado, do migrante, implica em disputas simbólicas e relações de poder que são acionadas discursivamente na construção deste “Outro”. Os “arrastados” eram conhecidos dessa maneira pela população de Borá por causa do seu sotaque que os colocava como parte de uma distinção local que separava o “ser daqui” (da cidade de Borá), e quem não era “de lá”.

A linguagem utilizada pela população local ao fazer referência aos trabalhadores rurais que migraram para trabalhar em Borá, ao mesmo tempo em que demarcam o lugar do “Outro”, refletem formas com que os grupos se configuram e disputam simbolicamente o espaço, as hierarquias e o poder. Para o autor, “mais do que mera função referencial da linguagem a expressão *arrastados* comunica valores, lógicas locais e códigos morais forjados nas disputas simbólicas em torno da identidade regional” (Machado, 2017:102. *itálico do autor*).

Em Cabo Verde, os *de fora* ou *nortistas*, são facilmente identificados e diferenciados em relação à população caboverdense. Quando a população local pergunta aos trabalhadores de outros estados e cidades, “na *roça* de quem você tá?”, ou “trabalha pra quem?”, eles acabam situando e vinculando os recém-chegados numa rede de pessoas conhecidas, como é o caso dos fazendeiros locais. São os fazendeiros *dali* que de alguma forma conferem legitimidade aos *de fora*.

John Comerford (2014), em seu clássico livro “Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural”, aborda dimensões da vida agonística na zona rural da Zona da Mata de Minas Gerais. Para o autor, quando há a chegada de trabalhadores de fora da comunidade rural, há um movimento que tenta mapear ao mesmo tempo que tenta marcar os indivíduos novos, em um contexto já comum. Por isso, não são raras as perguntas, inclusive feitas para o autor, como “Você é parente de quem?”. Tentar localizar o parentesco de um estranho, numa rede de relações de parentesco pré-existente é uma tentativa de localizá-lo no universo das relações locais já conhecidas e familiarizadas. Para o autor, estes

movimentos são “operações de mapeamento” (Comerford, 2014), que não são fixados oficialmente, mas que permitem uma prática permanente de referência destes lugares.

A minha entrada em campo se deu por eu *ser daqui*. Por ser de Cabo Verde, filha de caboverdenses, meu lugar na teia de relações do município já era mais ou menos conhecido e mapeado. Por ser de uma família conhecida ali, e principalmente por ter familiares que são pequenos produtores de café, minha entrada em campo se deu mais facilmente, já que eu era localizada dentro de um universo de relações de parentesco que me vinculava a famílias conhecidas na cidade. Durante a pesquisa, quase nunca eu era referenciada como estudante ou pesquisadora, mas como “a filha do Frana” que estava ali para conhecer mais sobre o café.

Estive em campo desde a graduação, nos períodos de 2016 a 2018, ainda morando em Campinas-SP, mas indo para Cabo Verde ao menos uma vez por mês. Durante as Iniciações Científicas de 2017 a 2018, visitei especialmente a fazenda Monte Alto, durante os meses de julho a setembro. Durante o mestrado, de 2019 até 2022, voltei a residir em Cabo Verde. Assim, também fazem parte desta pesquisa conversas muitas vezes despretensiosas, em diversos lugares da cidade, em supermercados, em casa, bem como entrevistas pelo telefone, em minha própria casa ou em casas de produtores e trabalhadores de diversos ramos da colheita do café.

Nesta dissertação, no capítulo 1, procurarei fazer uma breve contextualização histórica sobre como se deu o trabalho e relações de “morada” ao longo da formação político econômica do Brasil, e descrevo como eles se atualizam no contexto de colheita de café, possibilitando e mantendo estruturas de trabalhos pessoais e hierarquizadas; No capítulo 2, aprofundarei sobre os modos de trabalho na colheita do café, sobre os lugares de morada dos diferentes sujeitos que são recrutados para o trabalho nos cafezais, suas diferentes lógicas, técnicas e sentidos do trabalho nas fazendas e, no capítulo 3, buscarei refletir sobre as formas que assume o trabalho na colheita quando se trata de cafés especiais, ao mesmo tempo que mantém a centralidade e demanda determinados corpos nos trabalhos. Finalmente reflito neste capítulo sobre a informalidade do trabalho rural nas fazendas de café no sul de Minas Gerais.

Capítulo 1

Terra, Camaradas e Patrões: hierarquias e formas de usos da terra

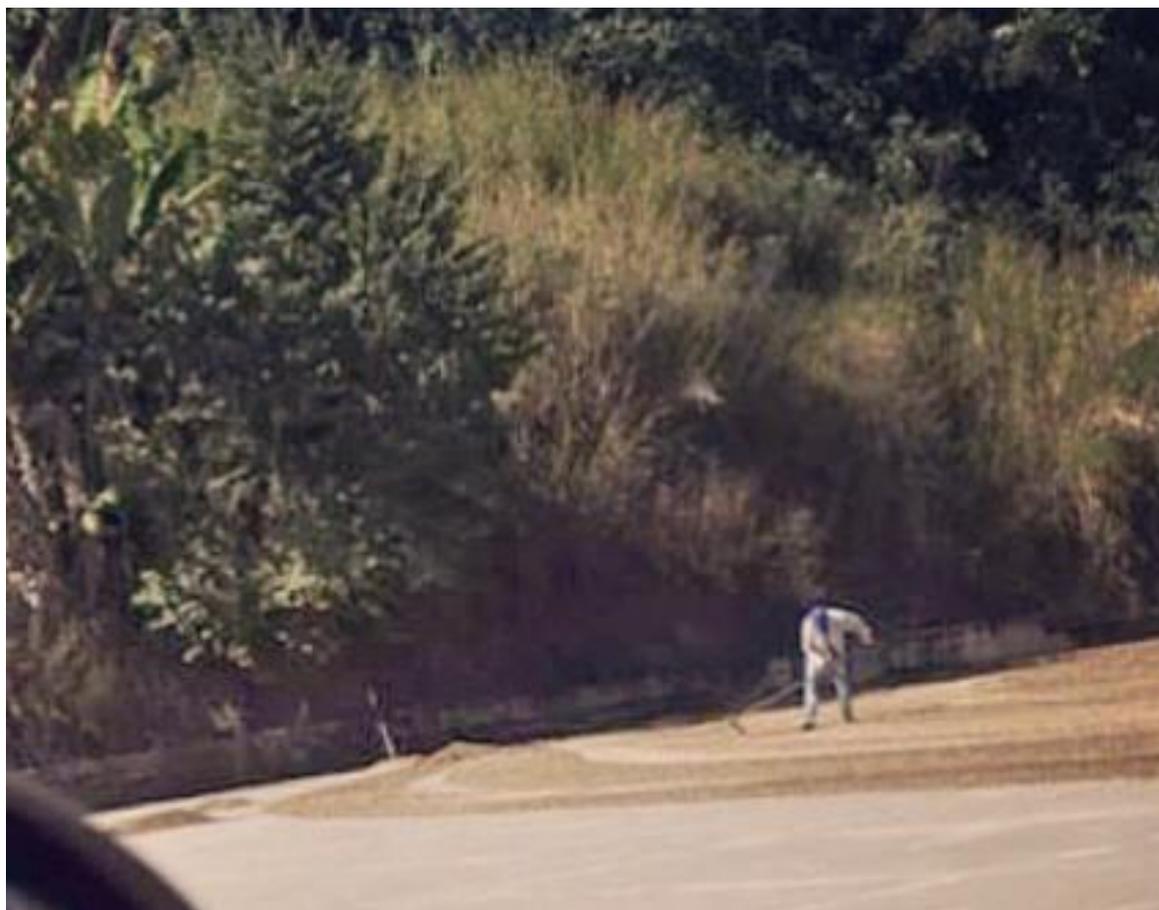


Figura 2: Trabalhador no terreiro de secagem dos grãos de café. Julho de 2017. Lídia Torres.

*No sertão da minha terra
Fazenda é o camarada que ao chão se deu
Fez a obrigação com força
Parece até que tudo aquilo ali é seu (Milton Nascimento)*

1.1. Terra, política e capital: A importância da Lei de Terras e do Regime de Colonato para a cafeicultura brasileira

Alguns estudiosos das ciências políticas, econômicas e sociais do Brasil, pontuam que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se deu de maneira muito peculiar. Para eles, a questão central é a ligação extremamente estreita entre terra e capital. Foi esta ligação que perdurou e ditou a história político-econômica brasileira mantendo elites agrárias no controle do Brasil ao longo dos anos.

Neste tópico, trataremos alguns dos autores que ressaltam o monopólio de capital e influência político-social que as elites agrárias possuem no Brasil, bem como faremos uma contextualização histórica sobre como se deu e quais são os contornos e atualizações daquilo que no Brasil rural é conhecido como colonato, agrego ou trabalho de morada.

Ao fazer uma análise dos períodos econômicos brasileiros para contextualizar como se deu e como se extinguiu o que Caio Giusti Bianchi (2012) considera como ciclo econômico do café, o autor destaca que, desde o período colonial,⁸ a economia brasileira foi sustentada por latifúndios e, majoritariamente, era exportadora. Este perfil de terras latifundiário e exportador alinhado com a centralização econômica que *commodities* como o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o café tinham no período colonial, por exemplo, fez com que o poder sobre a terra assumido pelas elites agrárias, fosse fortemente interligado também com a economia e a política brasileira ditando quais seriam seus rumos e seus contornos.

Segundo Bianchi (2012), um forte exemplo da imbricação entre terra, política e capital, foi o ciclo econômico do café que marcou a formação do quadro econômico brasileiro como conhecemos hoje. As oligarquias rurais, principalmente as elites cafeeiras, segundo o autor, tiveram fortes influências sobre os contornos políticos, as formas de trabalho rurais e os usos da terra no Brasil.

João Manuel Cardoso de Mello (1975), no livro “O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira”, argumenta que o modelo de economia mercantil-escravista predominante em lavouras cafeeiras, quando comparada à outros países, retardou tanto a disseminação da industrialização brasileira, quanto a própria mudança de modelos econômicos, que seria a passagem de um modelo econômico mercantil-escravista para uma mão de obra livre e assalariada. Para o autor,

⁸ Aqui compreende-se como período colonial, o período compreendido entre o século XVI e o início do XIX, quando o território brasileiro estava sob domínio político e administrativo de colônias de Portugal.

mesmo quando houve no Brasil uma mudança de modelos econômicos, não houve uma ruptura de padrões sociais vigentes, e assim, a centralização de poder às elites agrárias continuava sendo reproduzida sob novas formas.

O historiador Luiz Felipe Alencastro (2000), tem como tese a ideia de que os ciclos econômicos brasileiros, na verdade são subciclos, dependentes do mais importante e longo ciclo da história brasileira, o ciclo do tráfico negreiro que se deu entre 1550 a 1850. Para o autor, o tráfico de pessoas escravizadas foi o que sustentou as formas de produção e reprodução da economia, bem como a história do pensamento social no Brasil, independente de seus subciclos econômicos. Em entrevista para os pensadores sociais Alexandre Moreli, Bernardo Buarque e Marco Aurélio Vannucchi (2016), Alencastro destacou como a escravidão possibilitou a formação e prosperidade da economia de *commodities* no Brasil, segundo o autor em entrevista:

Para avaliar as transformações do século XVIII, quando emergem o mercado interno e os contextos econômicos e culturais protoindustriais, é preciso entender como os enclaves comerciais e produtivos do litoral se juntaram ao centro mineiro. É claro que o ouro teve um papel fundamental, mas o Atlântico Sul também. Graças ao fluxo maciço de africanos que chega aos portos brasileiros, são mantidos os enclaves açucareiros do litoral, enquanto brota no interior uma economia aurífera e toda a zona subsidiária. Na realidade, como escrevi alhures, todos esses ciclos, do açúcar, do ouro do café, são subciclos dependentes do longo ciclo do tráfico negreiro, de 1550 a 1850 (Moreli; Buarque; Vannucchi, 2016: 320).

Alencastro (2016), destaca que a importância das *commodities* era tanta que, Brasil e Costa do Marfim são os únicos países do mundo com nome de *commodity*, e o Brasil, é o único país do mundo, em que seu nome indica uma função mercantil. Ressalta o autor,

O Brasil é o único país do mundo no qual o substantivo de naturalidade deriva de uma função mercantil, no caso, comerciante de pau-brasil. Porque o sufixo eiro, nas línguas neolatinas, em francês, em italiano, em espanhol, em português, indica função, não naturalidade. Não é brasileiro, ou brasileiro, como canadense ou

americano, é brasileiro, como pedreiro, carpinteiro, padeiro. (Moreli; Buarque; Vannucchi, 2016: 320).

Esta forte correlação entre a terra, *commodities* e a ascensão da burguesia brasileira, que também determinava os rumos da política brasileira, nos fala sobre a importância de se olhar para o rural como categoria de análise de fenômenos sociopolíticos. O poder da reprodução da burguesia brasileira baseada no modelo político sustentado por oligarquias rurais, conforme exposto por Mariana Chaguri e Elide Bastos (2015), teria conformado padrões específicos de estratificação social e de dominação política que, conjuntamente, “representariam entraves para a modernização da sociedade e do Estado, restringindo as possibilidades da ação coletiva e sustentando um padrão de dominação política pessoalizado” (Chaguri e Bastos, 2015: 15).

Para o sociólogo José de Souza Martins (1986), a durabilidade da escravidão no Brasil e a dificuldade de pessoas escravizadas uma vez libertas, terem terras e nela plantar seria o que o autor chama de “o cativo da terra”. Para o autor, o “cativo da terra” explica a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje e a difícil, incerta e tardia ascensão social dos condenados à servidão.

Em se tratando de direitos, historicamente a terra mesmo tendo valor simbólico, nem sempre teve valor monetário perante o Estado. Antes de 1850, com a institucionalização da Lei de Terras que começou a demarcar a propriedade privada no Brasil, não havia documentação específica que regulamentasse a posse de terra no país. Antes da Lei de Terras e ainda na vigência do regime escravista, como aponta José de Souza Martins (1986), a terra era praticamente destituída de valor monetário, no sentido de que, neste período, o uso da terra não dependia de compra, e sim de cessão de uso do domínio que, por sua vez, pertencia à Coroa Portuguesa. No regime escravista, portanto, o principal capital não estaria investido na terra, por si só, ele estaria investido na pessoa do escravizado, que significava ali renda capitalizada. Os empréstimos bancários feitos aos fazendeiros no século XIX, conforme explica o autor, tinham como garantia principal a hipoteca de escravizados e não a hipoteca das fazendas.

Por isso a Lei de Terras de 1850, foi um importante marco simbólico sobre as formas de usos e de valores capitais assumidos pela terra a partir de então. Com a terra funcionando como bem próprio, e não mais como domínio cedido pela Coroa, a noção de propriedade fundiária começa a se formalizar e é justamente a possibilidade de acesso à esta propriedade fundiária, um dos principais argumentos e promessas do governo brasileiro para atrair

imigrantes europeus para o trabalho rural, já que com a proibição do tráfico de pessoas escravizadas, era preciso diversificar a mão de obra nas lavouras, mas não havia possibilidade e nem vontade do governo brasileiro, de que os antigos escravizados tomassem posses de terra e nela trabalhassem de forma livre.

O governo brasileiro, através de agentes na Europa, estrategicamente, tentou trazer para o país um perfil de imigrante específico, que seria o imigrante europeu “pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra” (Martins, 1986: 3). Assim, as trajetórias dos imigrantes que chegaram ao Brasil para o trabalho nas colônias, como eram chamadas as terras ocupadas e compradas pelos imigrantes de uma mesma nacionalidade, e entre aquelas que já estavam sob domínio de grandes fazendeiros no Brasil, foram muito diferentes entre si.

Como demonstra Ellen Woortmann (1995), com a Lei de Terras, surge também “colonizadoras privadas” (Woortmann, 1995), que não dependiam tão diretamente de iniciativas públicas oficiais, mas de iniciativas privadas que, muitas vezes faziam o intermédio entre imigrantes e a compra de terras devolutas do Estado brasileiro. No sul do país, por exemplo, segundo a autora, dentre as colônias fundadas entre 1851 e 1922, “14 são oficiais e 115 são privadas” (Woortmann, 1995:100). O perfil de imigrantes que chegavam ao Brasil, especialmente através de iniciativa privada, possibilitaram outros tipos de relações com a terra e de produções com a terra, mais voltada à produção e trabalho de uma espécie de agricultura familiar, por exemplo.

Giralda Seyferth (2011a), quando pesquisa, tempos depois, colonos alemães estabelecidos no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, explica que a política de colonização do século XVIII, e a conseqüente ocupação de parcelas de terras devolutas dos imigrantes europeus, quase sempre, se desenvolviam em um modelo de “exploração agrícola camponesa baseada na pequena propriedade familiar sem empregados” (Seyferth,2011a:57), o que teria sido simbólico para o surgimento das colônias alemãs por ela estudada e por um outro tipo de imigração que no século XIX e XX surgia no país.

Mas aqui nos interessa sublinhar que se a Lei de Terras, de certa forma permitiu a emergência de novos atores políticos, como alguns imigrantes europeus que conseguiram acesso à terra e influenciaram no surgimento de comércios e pequenas propriedades rurais, o oposto também aconteceu. Com a Lei de Terras, as grandes fazendas, baseadas em monocultura de exportação, que tinham forte influência no cenário político brasileiro e queriam mão de obra barata para favorecer e fortalecer cada vez mais seus modelos de

produção, continuaram tendo respaldo do Estado a partir de sua promulgação. Isto porque com a promulgação da Lei de Terras, foi criado também um instrumento legal e jurídico que, para obter o monopólio de uso de áreas rurais, era preciso ter poder de compra, capital.

Segundo Alencastro (2016), não houve nenhuma compensação ou alternativa para os libertos se inserirem no novo Brasil, sem um plano de Reforma Agrária efetivo, eles continuaram sem acesso à terra. Além disso, não era permitido aos analfabetos e pessoas pretas votar em seus dirigentes, o que fez com que grande parte da população brasileira continuasse sem poder escolher politicamente os rumos do país. Para o autor, havia uma união nacional em torno da continuidade dos sentidos da escravidão.

A imensa maioria dos trabalhadores rurais, que durante a vigência do regime escravista, não conseguiam acumular capital e, portanto, continuavam sem poder de compra para possuir terra própria, mesmo posteriormente com a abolição do regime escravista, não conseguiram acessá-la, e havia um interesse do poder econômico vigente em manter o perfil da economia brasileira como latifundiária e exportadora. Assim, a posse de terras continuou concentrada na mão de poucos e os regimes de trabalho rurais continuaram pessoalizados e desiguais, mesmo com a abolição da mão de obra escravista e surgimento da mão de obra livre e assalariada.

Alguns autores destacam que houve no Brasil, na transição do regime de trabalho escravocrata para um regime de trabalho assalariado e livre, a presença do regime de colonato.

A dificuldade de acesso às terras por trabalhadores que mesmo livres ainda eram desprovidos de bens e de capital para aquisição de propriedades fundiárias, diz muito sobre os sentidos do regime de colonato. Isto porque em contextos de acessos desiguais à terra, mais do que trabalho, o trabalhador rural buscava, muitas vezes, um pedaço de terra onde pudesse se estabelecer, plantar, morar e trabalhar com sua família.

José de Souza Martins (1986) destaca como no colonato, apesar do colono ser um trabalhador livre e assalariado⁹, ele ainda mantinha relações muito estreitas e pessoais com os grandes fazendeiros. No colonato, apesar de teoricamente livres, os colonos residiam na fazenda junto com toda a sua família, o que de certa forma, prendia-os aos domínios dos proprietários de terra e das relações ali estabelecidas.

⁹ Colonos aqui são trabalhadores que residem e trabalham em fazendas sob o regime de colonato. Martins fala que alguns colonos recebiam um pagamento fixo pelo trato do cafezal, muitas vezes anual, por lotes de mil pés de cafés tratados (Martins, 1986) e, em algumas fazendas, recebiam também um pagamento proporcional pela quantidade de cafés colhido. O autor explica que o rendimento anual do colono correspondia a cerca de quatro salários mensais do trabalhador urbano, a produção direta de gênero de subsistência seria responsável, para o colono, pelo que seria equivalente aos outros oito salários não remunerados.

Martins (1986), ao analisar a transição de uma sociedade baseada no modelo de trabalho escravocrata para uma sociedade baseada em um modelo de trabalho livre, nomeia esta difusão de antigos padrões sociais ao novo modelo político-econômico-social, como “híbrida mentalidade capitalista” (Martins, 1986), ou seja, a economia funcionava como economia capitalista, mas a base das relações sociais, dos valores e orientações, não. O autor, que concentra sua análise em contexto rurais, situa o regime de colonato, característico de fazendas cafeeiras e canavieira, como sendo um regime de transição entre os dois modelos econômicos e que condensava em suas formas e valores esta “híbrida mentalidade capitalista”.

As próprias construções das colônias¹⁰, como destaca José de Souza Martins (1986), são simbólicas sobre os contextos de híbrida mentalidade capitalista que eram vigentes durante o regime de colonato, segundo termos próprios do autor,

há fotografias de colônias, misto de aldeias e vilas operárias, de portas voltadas para a rua, o avesso das senzalas, de portas voltadas para dentro do quadrado. A porta da casa do colono voltada para a rua era, num certo sentido, símbolo do trabalho livre, símbolo do fim do confinamento do trabalhador (Martins, 1986:196).

Eduardo Magalhães Ribeiro (2010), estudando as formas de agrego em fazendas de Minas Gerais, pontua que o agrego, agregação, moradia de favor ou regime de colonato, foi uma denominação que variou ao longo dos anos e regiões, mas que foi um assunto tratado por uma parcela significativa de autores que estudaram o rural brasileiro e que teria sido uma relação muito presente na sociedade brasileira até meados do século XX, entre 1890 e 1970. O autor define o agrego, o regime de colonato e/ou moradia de favor- dependendo da região como o termo aparece-, como sendo “uma relação subordinada, doméstica, hereditária e generalizada” (Ribeiro, 2010: 393) e, por isso, pessoalizada. No trabalho de morada a pessoa do proprietário de terra tem relações e influências sobre a pessoa dos trabalhadores, que se estende para além das relações de trabalho. Esta situação pode ser encontrada em diversos relatos que descrevem, por exemplo, o período dos Engenhos e das *plantations*.

Durante a década de 50, por exemplo, Moacir Palmeira (1977), ao analisar como se davam as relações em terras dos canaviais pernambucanos, destacou que o trabalhador dos engenhos, antes de pedir trabalho, o que eles procuravam era uma morada. E procurar por

¹⁰ Analisaremos melhor as colônias e sua atualidade nas fazendas de café nos capítulos a seguir.

morada, neste contexto, significava muito mais do que buscar uma casa. Segundo o autor, as casas de morada eram sempre coextensivas com um terreiro, um chão de terra que permitia e garantia a subsistência familiar destes trabalhadores.

Para Palmeira (1977), a relação entre moradia e trabalho era uma relação mútua, no sentido de que a morada significava a ligação mais sólida à fazenda, significava a criação de um vínculo ali e, conseqüentemente, ao senhor de engenho, de forma tal, que era impossível, compreender a dimensão de moradia sem trabalho, ou de trabalho sem moradia.

A mútua associação entre moradia e trabalho, e a conseqüente concessão de sítios, era o que ligava de forma permanente o trabalhador à propriedade e o que dificultava a possível saída dele e de sua família da fazenda, já que além do emprego, era também a moradia, sua subsistência e sua sobrevivência que estavam em jogo. Muitas vezes era o patrão, como menciona Palmeira (1977), que amparava os trabalhadores em caso de doença, dívidas ou inclusive problemas com a justiça, as relações eram estabelecidas principalmente como uma dívida moral.

O regime de colonato, segundo José de Souza Martins (1986), teria durado cerca de um século, até final dos anos 1950. Porém, Moacir Palmeira (1977), aponta para relações de dominação semelhantes, em fazendas canavieiras na região do Nordeste duas décadas depois. Relações morais de dominação entre patrões e trabalhadores não são exclusivas de um período específico no mundo rural brasileiro como é o caso do colonato, são relações que no contexto do capitalismo são constantemente atualizadas sob novos contornos. É o caso das fazendas cafeeiras no sul de Minas Gerais, lócus empírico da minha pesquisa.

1.2. Categorias de trabalho nos cafés: Marcadores de assimetrias e permissividades

Há uma centralidade da importância da terra para a construção da vida social, econômica e política do município de Cabo Verde. Aqui vale a pena pontuar que *roça*¹¹, é o termo que a população local utiliza para se referir aos sítios, fazendas e chácaras do município.

Segundo o censo de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 11.257 hectares das terras produtivas em Cabo Verde correspondem às lavouras permanentes, em contraponto aos 1.645 hectares destinados às lavouras temporárias. Esta diferença nada

¹¹ A partir de agora termos e expressões locais virão grafadas em itálico.

discreta se dá porque a economia da cidade, depende quase que integralmente do plantio de café, que é considerado uma lavoura de cultura permanente. A maioria das fazendas e plantações de café, não fazem rodízios entre culturas de plantios, tendo como fonte de produção e renda, majoritariamente, o café.

Olhando para a própria origem do nome de Cabo Verde é possível perceber pistas de como se deu e como se dão as relações com a terra e com a cafeicultura de modo geral. Narrativas orais contam duas diferentes histórias sobre a origem do nome Cabo Verde. A primeira história, versa sobre um lavrador que teria deixado a enxada cravada na terra e, voltando ao local, tempos depois, o cabo havia brotado. O cabo seria verde, e daí o nome; A segunda, versa sobre colonizadores vindos do Arquipélago de Cabo Verde que, encontrando na cidade pedras semelhantes às da terra natal, quiseram homenageá-la, colocando o seu nome no que seria então o que eles chamavam de “novo descoberto”.

Eu fiz toda a minha educação básica e fundamental em escolas públicas de Cabo Verde e, particularmente, lembro que eram essas as histórias contadas na escola. Só muito recentemente, para escrever esta dissertação, fui ter contato com uma outra história e que acredita-se ser a mais próxima da real origem do nome do município e ela já nos diz muito sobre as disparidades tanto do uso da terra, quanto de hierarquias de poder.

Segundo Adilson Carvalho (1998), que dedicou grande parte de seus estudos para pesquisar sobre as origens históricas de Cabo Verde, a região de Minas Gerais, na primeira década do século XVIII, era conhecida por ter uma forte presença de ouro. Um contingente de pessoas, principalmente escravizados foragidos de lavouras e outras minerações, seguiam o curso de córregos para tentar encontrar faíscas de ouro esperando ter melhores condições sociais e econômicas. Grande parte dos faiscadores, segundo o autor, “preferiam permanecer incógnitos ao longo das margens dos riachos, escondidos nas matas, para não atrair a presença de outros faiscadores e ficar longe dos caminhos oficiais, onde era cobrado o quinhão da coroa” (Carvalho, 1998:32). Cabo Verde era perpassado por um importante córrego da ainda então Minas dos Cataguases. Relatos da época, em documentos de jornais apresentados por Carvalho, retratam o município de Cabo Verde como uma cidade violenta, onde haveria conflitos entre o que, nas palavras do autor, foram descritas como indígenas, negros e desbravadores ligados à Coroa Portuguesa. Assim, parece que o município sempre contou com uma presença diversificada de populações que buscavam extrair da terra subsistência e moradia, porém com conflitos de interesses.

Carvalho (1998) analisando documentos históricos municipais, ressalta ter encontrado uma grande quantidade de referências a termos como “negro-índio chamados ‘Preto

Cabo-Verde””, que vieram da Bahia para o sul de Minas Gerais. A documentação da presença desta população na região está nos livros da paróquia de Cabo Verde, em registros de casamento de 1780. No documento lê-se que houve o casamento de “filhos de ‘Pretos Cabo-Verde’ que vieram da Bahia através de Ibituruna, próxima a São João Del Rey, às margens do Rio das Mortes” (Carvalho, 1998: 32-33). Os “Pretos Cabo-Verde”, teriam sido um dos primeiros moradores do município e são deles os primeiros registros de casamentos da paróquia. Por isso, provavelmente, a cidade herdou seus nomes por ser a região e/ou o povoado onde eles habitavam e estariam em uma quantidade consideravelmente grande. É importante destacar que mesmo no livro de Adilson Carvalho, a presença de “pretos Cabo-Verde” e a importância deles para a cidade, que inclusive teria herdado seu nome, é pouco explorada.

Certidão de Casamento que registra a presença dos "Pretos Cabo-Verde" no início da formação do Povoado

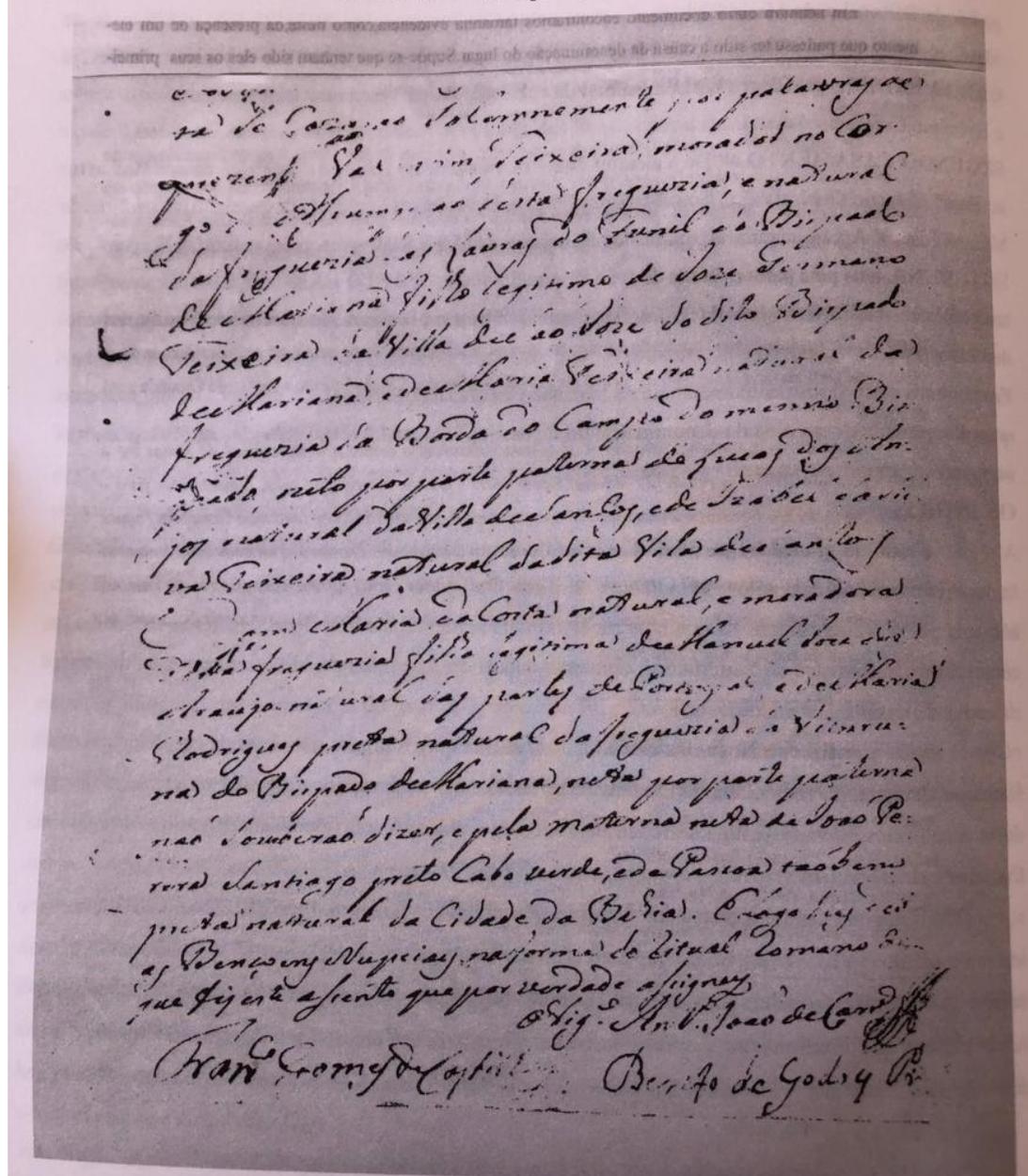


Figura 3: Registro dos primeiros casamentos em Cabo Verde. Fonte: A Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua História. Adilson de Carvalho. 1998.

Ainda segundo Carvalho (1998), em Cabo Verde, o adensamento dos investimentos em agricultura exportadora se deu com o esgotamento das lavras de ouro. Nacionalmente, a produção de café estava em alta e, localmente, as condições geográficas municipais eram favoráveis, não obstante, ressalta Carvalho, havia na cidade um grande excedente de escravizados que “permitiu que os cafeicultores adquirissem rapidamente, e a baixo preço, a mão-de-obra necessária para suas fazendas” (Carvalho, 1998:123). A mão de obra escravizada como visto anteriormente parece funcionar como peça-chave para o início e o

sucesso da implantação da cafeicultura, porém, o autor ressalta que ela não prosperou por muito tempo nas lavouras cafeeiras de Cabo Verde, já que a cafeicultura fora implementada quando já teria sido abolida o regime escravista.

Contudo, como visto, mesmo com a abolição do escravismo e maior propagação do trabalho livre, mesmo com a implementação da Lei de Terras ainda eram raras as pessoas que conseguiam ter uma propriedade fundiária e, o regime de colonato era de presença intensa em contextos rurais naquele período.

Em Cabo Verde, é muito comum ver trabalhadores e moradores rurais, que apesar de trabalharem e viverem em fazendas, não possuem o documento de posse delas e buscam o trabalho já procurando moradia, ou buscam a moradia procurando trabalho. As relações são interligadas e fica difícil separar o que determina o quê. Uma diversidade de trabalhadores trabalham e moram em terras de *outros patrões*, ou trabalham *com fazendeiros*, utilizando *suas terras* para plantar cafés. Estas formas de trabalho em que se utiliza as terras de outrem, porém pagando para *os donos da terra* aluguéis, ou repassando uma parcela do valor adquirido com a produção, é localmente conhecida como trabalho *de a meio e arrendamento*. Sendo estes trabalhadores, *meeiros ou arrendatários*.

Carlos Rodrigues Brandão (1995) estudando os diversos nomes do trabalho rural em Catuçaba, estado de São Paulo, afirma como os diferentes nomes funcionam como uma espécie de classificadores simbólicos de sujeitos. Segundo o autor, muitas das categorias de nomes de trabalho se sobrepõem e se atualizam conforme o tempo. Este parece ser o caso das categorias *camarada, agregado, meeiro, arrendatário e colono* em Cabo Verde.

A importância de olharmos para a diversidade destas categorias é entendermos tanto a multiplicidade de usos da terra, quanto as atualizações, não tão novas, de determinados regimes de dominação, ou como salienta Brandão (1995), perceber como os nomes de trabalho demarcam lugares e assimetrias, indicando a condição da pessoa que fala e qualificando as modalidades de uso da terra de acordo com posse, uso ou trabalho.

Marcelo, que há 30 anos é trabalhador rural, sempre *trabalhando para os outros*, conta que é muito difícil ter *terra própria*. Foi ele, que ao me descrever como entende a cafeicultura e o trabalho nas lavouras do café, me atentou em como ainda hoje, o sistema de parceria, colonato, arrendamento se perpetuam na cidade e na região, não sendo possível portanto falar sobre lavoura de café sem antes falarmos destes pontos.

Eu acho que assim... uns 40% do que cê ganha na lavoura, é custo. Tem que separar pra pagar as despesas. Aí, assim sobra 60% pra

pagar funcionário, investir e de lucro. Eu acho que não compensa. Não pra pequeno produtor que faz sozinho ou com pouca ajuda quase tudo. Planta, colhe. É muito trabalho pra pouco lucro. Mas é status né? Você tá ganhando pouco, praticamente só pra subsistência. É difícil até pro povo pagar o benefício rural. Mas cê tem terra. Tem café. É trabalho digno. E aí o que o povo faz pra conseguir dar conta da lavoura? Arrenda, produz *de a meio*. E aí cada vez mais você vai dividindo os lucros, vai subtraindo, tirando pela metade. Mas se não for assim. Como faz? Parece um ciclo. E se você olhar bem é desvantagem, mas se também for analisar, é o que garante tudo, né?

Essa fala do Marcelo, de um ciclo que se perpetua, mesmo não sendo tão vantajoso para pequenos produtores, mas que, ao mesmo tempo, é o que *garante tudo*, coloca uma espécie de paradoxo no contexto rural nas fazendas cafeeiras. Isto é, se por um lado essas formas de trabalho, de *arrendamento*, de *meeiro*, de *camarada*, se perpetuam dificultando assim o acesso à terra como propriedade, são elas também que, em um sistema absolutamente desigual, permitem pequenos produtores conseguirem ter uma moradia e acesso ao uso da terra, já que através da compra, dificilmente eles conseguiriam acessá-la.

Marcelo, se nomeia como *camarada* do José, *proprietário* da fazenda em que ele trabalha há mais de 5 anos. Quando perguntei para Marcelo o que era *camarada*, ele me explicou que *camarada* é quem “já é *acostumado* a fazer todos os trabalhos pro *patrão*, eu por exemplo, trabalho o ano todo nos cafés dele e, normalmente, *camarada trabalha registrado*”, completa ele, “o *camarada* pode morar ou não em casas na *roça* do *patrão*, e quando mora lá, não paga aluguel, água e luz, também *trabalha registrado* mas ganha um pouco menos porque ele (o *patrão*) dá a casa pra morar”.

Marcelo conta ainda, que muitas pequenas *fazendas de cafés produzem* café *de a meio*. Segundo ele, a produção *de a meio*, são os *meeiros* que, em sua definição é quando, “o *patrão* dá o café e os insumos, por exemplo, adubo, gasolina para a *maquininha* e o *meeiro entra* com a mão de obra, só dele, ou se for preciso, ele contrata outras pessoas. Aí no final eles dividem o lucro em partes iguais. 50% pra cada um”.

E a *porcentagem* ou *arrendamento*, como explica ele, “é quando o *patrão entrega o café* só, e todo o resto fica pro arrendatário, a mão de obra, os insumos, tudo”, Marcelo pontua que no final, quem *arrendou a terra* entrega uma porcentagem final do *lucro* para o *patrão*. Ele disse que normalmente gira em torno de 10%, mas que em cada fazenda há um combinado. Independente dos nomes de trabalho e formas de produção, muitas vezes mesmo não trabalhando diretamente com a terra, nem morando nas *roças*, o *patrão* é sempre

referenciado como o *dono da terra* e os trabalhadores fazem referência também a dívidas morais ou, em suas palavras, a *bondade* do patrão.

Em uma das primeiras vezes que estive em campo, na Fazenda Monte Alto, Carlos, um dos apanhadores de café que reside no *alojamento* da fazenda, comentou que não troca o trabalho na Fazenda Monte Alto, por nenhuma outra fazenda. Quando eu perguntei o porquê, ele disse “*os donos daqui* são bons demais pra nós (trabalhadores). Eles chamam a gente pelo nome, pega na mão, conversa de gente pra gente, normal, sem distinção. Ajuda a gente quando precisa, uma vez eles foram até lá na nossa cidade visitar nós. *Eles dão o nosso trabalho*”, ele complementou sorrindo, “em fim de colheita, às vezes, eles pagam até um churrasquinho”.

A “bondade” do patrão, exemplificada em um aperto de mão, em conversas, em ser a forma pessoalizada da possibilidade de um trabalho, ou aquele que paga um churrasquinho ao fim da colheita e conversa de igual para igual, fez com que muitos dos apanhadores de café da Fazenda Monte Alto, escolham aquela fazenda para trabalhar muitas vezes por anos consecutivos. Estes gestos considerados ‘bondosos’ com relação a outros patrões, pesam na escolha do lugar escolhido para trabalhar ano após ano.

A bondade tida como inerente aos patrões, que muitas vezes, fazem apenas o que seria aquilo garantido por lei aos trabalhos, não é exclusivo do contexto de colheita do café. A antropóloga Lygia Sigaud, em seus clássicos estudos sobre relações de direito e trabalho em canaviais na Zona da Mata Pernambucana nos aponta para essas atribuições morais referenciadas aos patrões e também aos trabalhadores rurais. A antropóloga realizou uma etnografia de longa duração na região canavieira de Pernambuco, em seu texto “‘Se eu soubesse’: os dons, as dívidas e suas equivalências”, traz o relato de um trabalhador rural no qual ele conta sobre a ruptura das relações pessoais e de trabalho entre ele e seu patrão.

Em 1968, contexto temporal no qual se situa o relato e num contexto mais amplo dos efeitos sociais da chegada dos “direitos” para as populações do campo, os relatos servem de base para mostrar a transformação das dívidas morais em dívidas monetárias. Segundo a autora, nas relações entre o trabalhador e seu patrão, que até então prevaleciam na forma de dons, as relações sociais eram pessoalizadas e os patrões neste contexto, facilmente se desincumbiam de suas obrigações para com seus trabalhadores e moradores, as ações dos primeiros até então ganhavam contornos morais pois eram vistas em forma de bondade,

Para os que a vivem, os dons são uma manifestação da bondade e apreciados porque representam benefícios tangíveis, como a terra, e

intangíveis, como o socorro nas horas de aperto (parto e doença). Nesse sentido, os trabalhadores das grandes plantações não se distinguem dos altos quadros das empresas que interpretam as vantagens-dons fornecidas (seguro-saúde, cartão de crédito e celular) como sinais de apreço por parte dos patrões e também os valorizam pelos benefícios que representam, aí tratados como salários indiretos, o equivalente ao “agrado” do mundo dos engenhos (Sigaud, 2007, p.149)

Como parte do jogo de dons e contra dons entre patrões e trabalhadores, objetos e bens tangíveis eram fundamentais, mas também agrados, amparo em momentos difíceis, assim como outros favores dificilmente mensuráveis e palpáveis.

Com a institucionalização do direito, através do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, Sigaud ressalta que houve uma mudança de comportamento tanto dos trabalhadores como dos patrões. Com a possibilidade de conversão das dívidas morais em dívidas monetárias, uma linguagem dos sentimentos acompanhava a reivindicação dos direitos. Termos como "raiva" e "ingratidão", começaram a aparecer no vocabulário de patrões e trabalhadores rurais.

Em Cabo Verde, durante a maioria das entrevistas feitas durante a Iniciação Científica e o mestrado, alguns trabalhadores me falaram sobre a *gratidão* que tinham para com os fazendeiros que permitiam que eles *trabalhassem em suas terras*, sendo *arrendatários*, *meeiros* ou *safristas*. O trabalho na colheita do café, é tido como um trabalho que precisa de *gente que agente*, que *tenha força para puxar os cafés e os panos*, mas que depende também e especialmente, *da confiança dos empregadores*. O ato de *empregar* estes trabalhadores, muitas vezes é referenciado por eles com um sentimento de *gratidão* que os acompanha tantas vezes em suas escolhas pessoais e profissionais.

Muitos deles me contavam que às vezes discordavam dos acordos feitos verbalmente em relação ao *preço* que os *patrões pagariam por saca de café*, ou pelo *aluguel das terras*. Alguns já cogitaram *entrar na justiça* contra a condição de trabalho e valores recebidos pela safra, mas não o fizeram, *com medo da reação dos patrões*. Marcelo, contou que dificilmente *brigando com um patrão*, você consegue *trabalho em outra fazenda*, ou consegue *trabalhar na mesma fazenda* mas com outras condições de trabalho. Segundo ele, *brigar com patrão* verbalmente ou na justiça, é ter *sua imagem* prejudicada perante outros fazendeiros e provavelmente *perder o seu emprego ali*.

O pesquisador Roberto Damatta (1997) chama a atenção para os sentidos que a expressão “Sabe com quem está falando?” atualiza, mantém e molda os valores e princípios estruturais da sociedade brasileira. A expressão, segundo Damatta (1997), utilizada sempre entre duas pessoas, com posições reais ou teoricamente diferenciadas, é dita sempre em posições verticais, ou seja, quem a usa a emprega de cima para baixo. A expressão, é importante para que analisemos como as relações de trabalho ou sociabilidades são conformadas em um plano pessoal e hierarquizado que acompanham a formação do pensamento social brasileiro, desde o período colonial. Para o autor,

Relações pessoais formam o núcleo daquilo que chamamos de "moralidade" (ou "esfera moral"), e tem um enorme peso no jogo vivo do sistema sempre ocupando os espaços que as leis do Estado e da economia não penetram, A fórmula "sabe com quem está falando?" é, assim, uma função da dimensão hierarquizadora e da patronagem que permeia nossas relações diferenciais e permite, em consequência, o estabelecimento de elos personalizados em atividades basicamente impessoais. (Damatta, 1997, p.15-16)

A expressão, segundo o autor, borra as noções entre indivíduo e pessoa no Brasil, fazendo com que os indivíduos sejam sempre situados em relação a algo ou alguém. Sendo àquilo e à quem representam. Neste sentido, a hierarquia parece estar baseada na intimidade social. Uma importante contribuição do trabalho de Damatta (1997), é a constatação de que “as relações de trabalho, podem começar marcadas pelo eixo econômico, mas logo assumem uma tonalidade pessoal, definindo-se também no plano de uma forte e permanente moralidade” (Damatta, 1997, p.12).

Thereza Menezes (2007), pesquisando as mudanças que aconteceram após a falência das usinas na Zona da Mata Pernambucana, e os novos investimentos dos antigos fazendeiros que agora investiam em empreendimentos turísticos, apontou que as mudanças não alteraram o equilíbrio das forças locais. Segundo a autora, a ideia de bondade patronal, presente no sistema canavieiro, se manteve, sob novas atualizações. Os fazendeiros, muitas vezes, buscavam contratar os antigos trabalhadores de morada. Para Menezes (2007), as práticas “que podem ser apresentadas como dons oferecidos pelas empresas, como a manutenção de vilas de casas fora da propriedade da usina e escolas, por exemplo, permaneceram, mas atualizadas como manifestações da bondade patronal, ou melhor, da responsabilidade social” (Menezes, ano, p. 90).

No contexto atual das fazendas de café em Cabo Verde, as formas de trabalho de morada são centrais para a manutenção e reprodução de determinadas relações entre patrões e trabalhadores. É através delas, por exemplo, que se mantém ainda sob o domínio dos *fazendeiros*, não só vínculos de trabalho com os apanhadores de café, mas também vínculos pessoais e de estratégias de organização social destes apanhadores nos espaços de morada.

Como veremos com mais detalhe no capítulo seguinte, é a existência de *colônias* e *alojamentos* nas fazendas que permitem determinadas relações de dominação, como parte das relações de trabalho e morada e certa reprodução de um modo específico de colheita de café, ao mesmo tempo em que parece que é também a existência delas que oferece as bases para uma estratégia familiar e de trabalho destes trabalhadores e trabalhadoras.

Capítulo 2

Alojamentos e Colônias: trabalho de morada e sociabilidade nas fazendas de café



Figura 4: Casas da Colônia. Julho 2018. Lidia Torres.

Um dia, meu irmão Zezé perguntou ao nosso pai o que era viver de morada. Por que não éramos também donos daquela terra, se lá havíamos nascido e trabalhado desde sempre. Por que a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona. Por que não fazíamos daquela terra nossa, já que dela vivíamos, plantávamos as sementes, colhíamos o pão. Se dali retirávamos o nosso sustento. Esse dia vive em minha memória. Não se apaga nem se afasta ainda que envelheça (Torto Arado- Itamar Vieira Junior).

2.1. O trabalho de morada na configuração da colheita do café

Na antropologia há um extenso debate sobre a antropologia das casas. Autores como Louis Herns Marcelin (1996), Janet Carsten (1995) e Stephen Hugh-Jones (1995), seguem aquilo a que chamam de “uma nova antropologia das casas” (Cortado, 2016). Nesta abordagem, os modos de habitar nos dizem acerca de aspectos socioculturais de um lugar, tendo também têm imbricações com a configuração processual de família e de parentesco. Autores que seguem esta abordagem processual das casas, como o antropólogo André Guedes (2021) nos convidam, portanto, a “des-substancializar” (Guedes, 2021) as casas e contextualizá-las etnograficamente.

Aqui falaremos especialmente sobre casas temporárias ocupadas por trabalhadores e trabalhadoras migrantes que vão para a colheita do café em Cabo Verde, e lá ficam durante o período de safra em *alojamentos* ou *colônias*, que será descrito mais adiante. Ao des-substancializar as casas, e analisarmos em sua totalidade, aspectos processuais da formação e composição de amizade, parentesco, trabalho e família na colheita do café ficam mais salientes. Neste aspecto, as casas são de grande importância para olharmos também para quem vai para a colheita do café, porque vai e em como é feito seu trabalho.

A antropóloga Verena Sevá Nogueira (2010) pesquisou a conformação de uma territorialidade camponesa de famílias de Aracatú, no sul do estado da Bahia, e situa os deslocamentos realizados por estas famílias para a região sudeste do Brasil para trabalhar, por exemplo temporariamente em cafezais no sul do estado de Minas Gerais. Para a autora “transita-se entre regiões, cidades e fazendas mas, principalmente, entre casas” (Nogueira, 2010:207). A autora destaca a importância das casas na territorialidade camponesa tanto para as famílias que ficam, quanto para as que partem. O deslocamento é tecido em redes familiares, assim importa o lugar para o qual se vai, mas também importa com quem se vai ou a quem se vai encontrar. Se o deslocamento é tecido em redes familiares, ele também o é para se constituir novas redes familiares. Muitas pessoas, deslocam-se para a colheita do café, segundo a autora, para que o dinheiro do café seja usado para casar e conformar novos arranjos familiares, por exemplo, ou para fazer investimentos em suas casas na cidade de Aracatú. Segundo Nogueira (2010), o movimento tecido entre as casas, nos diz sobre lugares de trabalho, mas também sobre a reprodução familiar destes camponeses.

Jorge Luan Teixeira (2021), que pesquisa a relação entre família, casa e movimento entre trabalhadores rurais de engenho, nos municípios de Catarina e Saboeiro localizados entre o Sertão dos Inhamuns e o Sertão Centro-Sul do Ceará, ao discorrer sobre a relação processual entre as configurações das casas, famílias e o movimentos de idas e vindas de

trabalhadores temporários no sertão do Ceará, fala sobre uma “força centrípeta” que levaria o morador para a vida de engenho.

Esta força centrípeta seria a falta de condições materiais e sociais que grande parte dos trabalhadores rurais não conseguem desenvolver tendo como base seus trabalhos de morada em lavouras temporárias, como é o caso da cana-de-açúcar. Porém, o antropólogo destaca que se há uma “força centrípeta” que faz com que este tipo de trabalho de morada continue acontecendo constantemente, há também uma “força centrífuga”, que direciona o morador e sua família para fora do engenho. Nela resistiria a autonomia, o pretexto de manter as casas como estados dinâmicos (Teixeira, 2021).

Segundo o autor, “O movimento não é estranho à morada e é mesmo constitutivo dela” (Teixeira, 2021:47). Analisando os movimentos, segundo Teixeira (2021), podemos também observar a própria noção de pessoa. Isto porque casa e pessoa, assim como determinadas sociabilidades, dinâmica de trabalho e família se formam mutuamente.

Em Cabo Verde, é intrínseca à dinâmica da cafeicultura, o movimento de idas e vindas dos trabalhadores sazonais. Nas *grandes fazendas* produtoras de café do município é possível identificar uma série de prédios, casas e outras construções que comportam um estilo de cafeicultura e um tipo de ocupação das terras que propiciam as atualizações patronais, determinadas relações de morada e o movimento de idas e vindas trabalhadores sazonais.

Na imagem abaixo, por exemplo, uma foto aérea de parte da Fazenda Monte Alto, onde a pesquisa foi realizada, podemos perceber que há as montanhas de cafês, os terreiros onde é feita a secagem dos grãos e estufas para o armazenamento dos cafês. Mas, especialmente, nos interessa e podemos observar a sede administrativa da fazenda e um pouco mais afastada da sede, o espaço das *colônias*. As *colônias*, lugar de morada dos antigos colonos da fazenda, mantém o nome local de *colônias* e é constituído por uma série de casas que recebem os *camaradas* ou trabalhadores(as) de outras cidades que vêm temporariamente para o município durante a colheita do café. Na foto é possível observar também o *alojamento*, diferença que será explicada posteriormente.



Figura 5: Foto área da Fazenda Monte Alto¹², disponível em acesso via Google. 2022

Aqui é importante destacar, que tanto nas *colônias* quanto no *alojamento*, no caso das fazendas em Cabo Verde, a organização da colheita do café, isto é, a seleção de quem comporá a *turma* que irá para a colheita ano a ano, é feita pelo *turmeiro*. Como os espaços de morada nas *grandes fazendas* são compartilhados, especialmente nas *colônias*, o deslocamento é sempre feito em família ou com pessoas que são como uma família. Nesta rede de *parentes e amigos* tecidas no ir e vir de suas cidades para a colheita do café, o que se forma e se fortalece é o trabalho nos *cafés*, mas também alianças afetivas que se atualizam e se reforçam a cada safra. É o vínculo afetivo que está em jogo na decisão de quem comporá a *turma* de cada ano, tanto nas *turmas de Cabo Verde*, quanto nas de outras cidades.

A *colônia* é como é chamado o espaço em que ficam situadas um conjunto de casas, localizadas sempre umas ao lado das outras. Estruturalmente variam de acordo com cada fazenda, mas normalmente recebem famílias de uma única cidade, sendo um espaço de *parentes e amigos*, segundo expressão do Luiz.

As *colônias*, se situam também dentro das terras da fazenda, mas ao contrário do *alojamento*, são reservadas para quem se desloca em núcleos familiares. Como as *mulheres* de outras cidades que são contratadas pelas fazendas, precisam ter vínculo familiar com os

¹² Não é redundante repetir aqui, que tanto os nomes dos interlocutores e da fazenda são fictícios. Na imagem, os círculos foram feitos por mim, para identificar com as respectivas letras, letra A: as Colônias; B: Alojamento; C: Sede da fazenda; D: estufa para secagem dos grãos; E: Maquinários e terreiros para o beneficiamento do café.

homens contratados, precisando ser, cônjuges, mães, tias, sobrinhas dos *panhadores de café*, são nas *colônias*, espaços para núcleos familiares, o único lugar onde elas residem durante a colheita do café.



Figura 6: *Colônias*. Julho 2018. Frana Torres

Na fazenda Monte Alto, por exemplo, as casas da *colônia* tinham dois quartos, um banheiro e um espaço na entrada que, em algumas casas, funcionava como uma espécie de sala, com pequenas mesas para refeição, e em outras, como armazém das *maquininhas*¹³ dos trabalhadores. As casas não possuem forro, nem pisos e possuem pouca iluminação. As janelas e portas são de madeira, o chão é de cimento e não há sinais de que houve reformas recentes ou alterações nas casas, que se encontram na fazenda provavelmente desde sua criação há mais de 100 anos.

As casas das colônias dos imigrantes alemães, segundo Seyferth (2011a), é um ponto importante da diferenciação entre os colonos alemães, para outros colonos europeus e proprietários de terras brasileiros. Segundo a autora (2011a), uma das primeiras ações que os imigrantes alemães faziam ao estabelecer-se no Brasil, era fazer alterações em suas casas conformando até certo padrão estético de moradia (Seyferth, 2011a) entre eles.

¹³ Instrumento de trabalho motomecanizado. Como a população refere-se à derriçadeira.

Estes investimentos nas casas e na agricultura camponesa voltada para a produção e moradia familiar, entre os imigrantes alemães e teuto-brasileiros, por exemplo, é diferente do que acontece com moradias de *colônias* em outros contextos rurais no Brasil nas quais as terras não pertencem a seus moradores. Em Cabo Verde os espaços de moradia conhecidos como *colônias*, são casas que não são voltadas para uma agricultura familiar e nem para construções de pequenas propriedades privadas, ou de famílias que lá se estabeleçam por muito tempo.

Os trabalhadores de morada, *sitiantes*, *camaradas*, podem morar com a família, plantar pequenas hortaliças em seu espaço doméstico ou ter uma pequena criação para criação própria de galinhas, por exemplo. O que pode ou não ser feito, normalmente não é verbalizado nem documentado, mas em geral, não pode ameaçar a diferença hierárquica entre patrões e empregados. A terra precisa ser mais lucrativa, em termos econômicos, para os patrões, por isso, nada que ameace a ordem de quem lucra mais com a terra, como plantações e vendas do que se é plantado, pode ser feito nas *colônias*. Estes acordos, muitas vezes, acabam por perpetuar ainda mais um sistema desigual de acesso à terra, mantendo a lógica de quem dela acumula bens.

A diferença estrutural entre *pequenas e grandes propriedades*, em Cabo Verde, é a presença ou ausência justamente destas *colônias e alojamentos* nas fazendas, estrutura que influencia também o tipo de contratação de trabalhadores(as), entre *pequenos e grandes cafeicultores*.

Nas *pequenas propriedades* de Cabo Verde se buscam formas de contratação de trabalho e na maioria das vezes, as contratações são feitas em sistemas de parcerias e/ou contratando apenas pessoas de Cabo Verde ou de cidades próximas para trabalhar na colheita do café, pois elas não precisaram de *casa para morar* durante as safras. Já as *grandes fazendas*, ao contrário, possuem uma estrutura feita para que o trabalho e moradia aconteça no mesmo lugar, de certa forma é este tipo de trabalho que é buscado pelos fazendeiros e que perpetua a forma de trabalho de morada.

Em Cabo Verde, o *patrão* é considerado não só quem organiza e atribui demandas de trabalho, mas especial e principalmente é considerado *patrão* aquele quem é *dono*, quem tem a propriedade da terra. Ainda que não trabalhem diretamente com os proprietários de terra, não raro os trabalhadores direcionam-se a eles como *patrões*. São os *patrões* que definem, ainda que de forma não verbal, o que é ou não permitido. Os trabalhos e as casas onde os trabalhadores ficam durante a colheita do café, precisam manter suas funções de temporalidade, ainda que seja uma função permanentemente temporária.

André Dumans Guedes (2011), em sua pesquisa sobre as mobilidades e permanências de trabalhadores de Minaçu, norte de Goiás, traz uma importante categoria de análise para compreendermos a dimensão e importância das casas, as “formas provisórias de existência” (Guedes, 2011), onde estes trabalhadores, nos termos de Guedes, “de-moram-se”.

Aqui, essa articulação de permanências e mobilidades se concretiza em certos lugares produzidos e pensados, por pessoas que se percebem em movimento, como temporários ou provisórios. Mais do que “morar”, poderíamos dizer que as pessoas de-moram nas edificações e instalações que me interessam aqui. De-morar-se, categoria nativa que ilustra à perfeição como pode-se conciliar (algum) movimento com (alguma) permanência: demorar é menos (e mais) que morar, é demorar ou passar um certo tempo em algum canto (GUEDES, 2011: 26-27).

Para o antropólogo que salienta a importância de olhar para as mobilidades também como permanências, as casas são espaços de sociabilidades, de vidas que estão interligadas ao trabalho. Quando se está nestas “formas provisórias de existência” (Guedes, 2011), estar ali é onde “de-moram”, onde passam um tempo de suas vidas. Tempo este que não é só de moradia, nem só de trabalho e que depende de vínculos e alianças que se formam e se atualizam constantemente. Segundo o autor, o trabalho é “composto” (Guedes, 2011). Essa composição, na definição do pesquisador, se dá num plano diacrônico, sendo construída ao longo das idas e vindas, formando alianças e também sendo gerada por elas, em suas palavras “a permanência no território é o produto da sucessão de diferentes viagens e das conquistas, alianças e aprendizados por elas gerados.” (GUEDES, 2011:26).

Emília Pietrafesa de Godoi (2015), ao defender o que entende por territorialidades, sublinha que é preciso analisar e compreender um território para além da materialidade de seu espaço, pois eles são continuamente criados e significados, com investimentos materiais e simbólicos, de acordo com as relações sociais daqueles que o habitam, de forma tal que há um aspecto processual, plástico em constante conformação das chamadas territorialidades. Para a autora não há territorialidades exteriores às relações sociais. O uso da categoria de territorialidades no plural, como destaca Godoi (2015) é justamente para enfatizar que o que

conforma lugares são também narrativas, princípios de organização, grupos de vizinhos, celebrações, hierarquias sociais. Explica a autora

Além da mencionada polissemia, há um atributo da territorialidade que precisa ser enfatizado. Ela é plural, uma vez que se reporta, como propomos, a processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados – não necessariamente nessa ordem - sobre uma parcela do espaço que é transformada em território. Mais justo é, portanto, falar em Territorialidades (Godoi, 2015:9).

Para Godoi (2015), as mobilidades rurais, não significam perda de um ou outro território, ao contrário, apontam para territórios de vidas multilocais e de espaços de interações de entreajuda, de constituições e disputas. Para a autora, em contextos de coabitação, as casas funcionam também como constituintes de pessoas e experiências compartilhadas, de tal modo que tanto as relações entre pessoas, como entre casas e lugares de vida, são relações de constituição mútua, e que pessoas e espaços de vida não são dissociáveis e falar de um seria sempre falar de outro.

De modo geral, em Cabo Verde as casas, sendo elas as *colônias e alojamentos*, estão vinculadas à ocupação e possibilidade dos trabalhos nas lavouras cafeeiras por *migrantes* que saem de suas cidades para a colheita do café. Sendo impossível, falar nestes deslocamentos e formas de trabalhos, excluindo suas territorialidades. *As colônias e alojamentos*, além de permitirem circulações e formatos específicos de usos da terra, também apontam para o tipo de envolvimento específicos que trabalhadores e trabalhadoras assumirão na colheita do café, sendo diferente, portanto, as dinâmicas de organizações de trabalho entre homens e mulheres, *migrantes e não migrantes*.

2.2. Nos movimentos, sempre há algo que fica

Durante minhas primeiras visitas de campo contei com a companhia do meu pai. Além de não conhecer o caminho para a fazenda, meu pai era ali, mais que um guia, era também uma porta de entrada com os *proprietários* da fazenda. Naquele momento, eu era menos pesquisadora e mais a “filha do Frana”. Foram os vínculos de amizade e consideração que permitiram muitos dos contatos que foram desenvolvidos durante minha pesquisa. Foi também meu estatuto como “estabelecida” (Elias e Scotson, 2000) que fez com que eu pudesse transitar com mais facilidade nos espaços que concentravam os “de fora”.

Naquela primeira visita, chegamos um pouco depois das 7h, quando a colheita já tinha começado. Fomos direto na sede administrativa da fazenda para encontrar alguns dos *proprietários* e conversar sobre a possibilidade de fazer pesquisa e entrevistas ali. Eles responderam com prontidão que era possível sim, e que eles recebem por lá muitos pesquisadores e agrônomos. Eu não era a única pesquisadora na fazenda Monte Alto. Luiz, um dos *proprietários* da fazenda, disse que nos acompanharia naquele dia e nos levaria para conhecer a colheita, as *turmas* das *colônias* e as *turmas* do *alojamento*. Luiz nos levou primeiro para o *alojamento*. Ele queria apresentar o espaço e também as *turmas* que trabalhavam ali por perto.

O *alojamento* é como se fosse um galpão compartilhado. Ele é formado por uma estrutura única e possui divisórias de paredes que separam os quartos que comportam atualmente de 3 a 4 homens. Cada quarto possui entre 3 a 6 beliches, que são feitas de cimento, estes beliches são lugares conjugados nas paredes e com divisórias que partem delas. Além do galpão com os quartos, há um galpão onde fica a cozinha e o refeitório, e outro que é o espaço dos banheiros compartilhados. Todos os espaços do *alojamento* são coletivos. Nenhuma mulher fica no *alojamento* e os homens dali são de diferentes cidades e estados. Lá havia *turmas* de cidades da região norte de Minas Gerais, da Bahia e do Paraná, por exemplo.



Figura 7: Parte do Alojamento. Julho de 2017. Frana Torres.

Um espaço destinado a ocupações majoritariamente de homens em terras de ocupação temporária pode ser observada também em outros contextos etnográficos, como aqueles trazidos em trabalhos como de Marina Sousa (2018) e André Guedes (2011).

A antropóloga Marina Sousa (2018), destacou que em sua pesquisa no Projeto de Assentamento Ajarani, em Roraima, lugar de fortes dinâmicas de mobilidade social, havia uma massiva presença de homens solteiros e, geralmente, sem filhos, que localmente eram conhecidos como cutiões. Sousa (2018) destaca que a própria origem do termo cutião, talvez seja em alusão à cutia, um animal que possui hábitos solitários. Homens casados e que possuem filhos, também trabalham em lotes da região do PA Ajarani, porém, eles não costumam morar no local e deslocam-se para vilas e cidades próximas, nas quais, em geral, suas companheiras moram. Por isso, segundo a pesquisadora, aos cutiões é preterido uma maior flexibilização de relações de trabalho e maior probabilidade de grandes deslocamentos para outras regiões.

No norte de Goiás, em Minaçu, Guedes (2013) identifica formas específicas de homens solteiros habitarem e se deslocarem nesse lugar. Ao estado civil de certos homens nas atividades de garimpo, também estava associada uma maior flexibilização de relações de trabalho e maior probabilidade de mobilidade. Ao descrever o convívio com seus interlocutores e localizar-se enquanto homem solteiro, o autor indica que esta posição marcava relacionamentos, e o apontava enquanto pessoa com inclinações para sair, beber e, igualmente, sugeria que ele estava apenas passando uma temporada. Algo que, em suas palavras, configurava uma espécie de “sociabilidade masculina e juvenil”.

Estar em um espaço de masculinidades e de grande presença de homens, teve suas adversidades. Durante as entrevistas e idas ao *alojamento*, eu era a única mulher ali, entre cerca de 50 homens. Ainda que estivesse acompanhada do meu pai, não eram raros os olhares, perguntas sobre meu status de relacionamento, comentários por eu estar ali e ser uma mulher solteira. Quando eu fazia perguntas para eles, tentando entender as formas de trabalho, as motivações para a ida para a colheita do café, ou como se dava a organização do trabalho em duplas em que ambos eram de um mesmo gênero, as perguntas não eram respondidas e se respondidas, as respostas eram sempre direcionadas ao meu pai. A dificuldade de conseguir permanecer em campo, por um desconforto meu e provavelmente também de meus interlocutores, fez com que eu privilegiasse as *colônias* como espaço para entrevistas, observações e construção de vínculos na colheita do café.

Desta forma, visitei cerca de dois grupos familiares diferentes nas *colônias* da Fazenda Monte Alto. Um grupo familiar era da região sul do estado da Bahia, e outro da região norte

do estado de Minas Gerais, com este último grupo, os encontros foram mais frequentes e extensos, pois eram os que estavam há mais tempo na fazenda Monte Alto, e o que *seus donos* nos levavam no início das visitas. Depois, os encontros já não precisavam ser intermediados, e de lá pra cá, por mais de 3 anos, nos encontramos entre os corredores de cafês, mas também nos espaços de suas *casas nas colônias*.

D. Ana, de mais de 60 anos, natural de Montes Claros, norte do estado de Minas Gerais, viajou mais de 10h horas de ônibus para ir para a colheita do café em Cabo Verde, sul de Minas Gerais. Ela, que foi com seu esposo e é também a mãe do Roberto, o *turmeiro*, e me contou que apesar da idade, decidiu ir para a colheita do café, porque segundo ela, nas *colônias* “a gente vive tudo junto. Aqui, posso ficar perto dos meus filhos, dos meus sobrinhos, fica toda a família”, ela completa dizendo que “nem lá [em suas cidades de origem], eles ficam tão junto”. Para D. Ana, a colheita e a renda provenientes do trabalho no Sul de Minas é fundamental para ter *um dinheiro para a casa*, foi com o trabalho na colheita que ela fez a varanda de sua casa, por exemplo. Mas o que parece ter peso final na escolha de se deslocar ou não é o *viver tudo junto*.

Natália, nora de D. Ana, também de Montes Claros, mãe de dois filhos em seus 30 e poucos anos, também ressaltou que apesar do trabalho rural ser um trabalho *mais pesado*, poder se deslocar *em família*, é o que faz com que ela tenha *decidido ir para os cafês*. Segundo ela, quando seu marido trabalhava em minas de carvoaria, também em outro estado, era um trabalho ainda *mais pesado* do que a *panha* do café, no trabalho nas carvoarias, apenas seu marido se deslocava, segundo ela, não era possível *ir em família*. “Aqui meus filhos até *engordam* na creche e tem uma *casa (colônias)* em que eles podem ficar *junto de nós*”, diz ela me contando sobre o seu contentamento em poder ir para a colheita do café, mesmo considerando um trabalho *pesado*.

Ana Luísa Martins Micaelo (2014), estuda um assentamento rural na região da Mata Pernambucana e busca destacar a forma como a terra tem sido incorporada nos projetos familiares dos antigos moradores e trabalhadores assalariados de engenhos da cana-de-açúcar. Ao ressaltar a importância discursiva e simbólica dos relatos das famílias ao reivindicarem aquele pedaço de terra como suas, ela analisa o papel mnemônico de árvores na Zona da Mata em Pernambuco, segundo a qual, os pés de fruta seriam, “explicitamente, um dispositivo de memória, uma forma de ‘inscrever a história na paisagem’” (Micaelo, 2014:174).

Sr. João, já com 60 anos, em sua terceira vez indo para a colheita do café, o esposo de D. Ana, em uma das visitas que fiz à campo, estava plantando pés de mandioca em frente a casa que ele de-mora-se (Guedes, 2011) na *colônia*. Segundo Sr. João ao plantá-la naquele

ano, ele poderia colhê-la no ano seguinte: “é um pé de mandioca, ano que vem a gente já pode colher e você volta pra comer com a gente”. Naquele espaço, naquela terra da *colônia*, o pé de mandioca não só era uma marca na paisagem local, mas também uma marca da própria passagem do sr. João e sua família por ali, ao mesmo tempo em que também era significativo sobre uma possibilidade de futuro, que era ali a possibilidade da volta dele e de sua *turma* para a mesma fazenda, para morar nas mesmas *colônias*, para trabalhar novamente na colheita do café. Mesmo quando as casas estão fechadas, ou a colheita é encerrada, as *colônias* não se esvaziam, as pessoas permanecem ali através de seus objetos e pequenos plantios, lembrando o que já foi e o que, de certo modo, será.



Figura 8: Os pés de mandioca. Julho de 2017. Frana Torres.

Jorge Luan Teixeira (2021) ressalta como nas casas de morada há vida. O autor pontua que sem a animação dos seus habitantes, fazendo seus pequenos plantios, sem suas conversas, gargalhadas, choros, “a casa parece ser deslocada lógica e simbolicamente para o seu oposto: o silêncio e a morte” (Teixeira, 2021:55).

Mais do que atravessadas por vida, essas casas necessitam da vida humana ou, de outro modo, se tornam a morada de bichos peçonhentos, desprezados ou que provocam temor: cobras,

escorpiões, ratos, morcegos etc. Com o passar dos anos, sem ser cenário e personagem do cuidado de pais e mães com seus filhos e com outros familiares e sem ser, ela mesma, cuidada, a casa se deteriora. Paredes racham, telhas escasseiam, portas e janelas quebram e permanecem abertas: a casa cai (Teixeira, 2021:55)

Nas *colônias* da fazenda Monte Alto, sempre há que fica, seja pequenos plantios, objetos pessoais ou objetos de trabalho, lembrando em período de safra e entresafra, que o lugar é composto pelo movimento dos trabalhadores sazonais. D. Ana, por exemplo, quando eu a indaguei se todo ano eles levam e trazem os mesmos objetos, como as *maquinhas* utilizadas na colheita do café ou os cobertores e utensílios de cozinha, contou-me que algumas pessoas deixam nas casas alguns objetos e roupas que são utilizadas na colheita. Segundo ela, “a gente já deixa aí umas roupas de cama, umas que a gente usa pra panhar café... tem gente que deixa até as maquininhas ou geladeira aí. Os cobertores teve um ano que a fazenda deu para nós”. D. Ana contou-me também que quase sempre eles voltam para as mesmas casas, “cada um já sabe mais ou menos onde vai ficar quando a gente voltar... só muda se vier gente diferente mesmo”. E o fazem justamente porque sabem que é uma certeza a volta para Cabo Verde é certa, e que provavelmente, se a convivência for boa em um ano, a *turma* será a mesma nos anos seguintes.

Os deslocamentos de trabalhadores e trabalhadoras para o trabalho no café tem diversas motivações e não é qualquer pessoa que circula. As escolhas não são aleatórias. Além de ter que possuir certo vínculo com o *turmeiro* e também vínculos afetivos entre pessoas de uma mesma *turma*, parece ser um diferencial para estar nas *colônias*, o conhecimento prévio das famílias. Em algumas fazendas, por exemplo, se faz um levantamento da ficha policial das pessoas contratadas, e buscam contratar quem não *dê trabalho*, segundo termo de Luiz, um dos proprietários da fazenda.

Luiz, justificou o levantamento da *ficha* dos trabalhadores(as) e ausência de contrato de mulheres *de fora* solteiras ou sem vínculos com os homens que são contratados, dizendo que,

É complicado contratar mulher *de fora* pra morar aqui na roça durante a colheita, né? Quando ela vem sozinha, a gente não sabe o que pode acontecer... tem muito homem aqui também. É complicado... Vai colocar ela pra dividir quarto com um tanto de homem? Aí bota num

quarto sozinha, mas divide os banheiros, a cozinha, os espaços. Não tem estrutura. Agora, nas colônias, vêm mais famílias. Aí tem espaço, individualidade deles, eles se conhecem todos. É mais tranquilo. E as mulheres *da cidade* que trabalham aqui às vezes vêm com marido, às vezes não, elas já tem um grupo que se conhecem, né? E a gente conhece também. Fica mais fácil. Não dão trabalho. É a mesma coisa com ver a ficha antes, evita trazer gente que já deu trabalho lá [na cidade de origem] e pode vir pra cá, para dar trabalho aqui [cidade de destino] também.

As fichas representam avaliações morais sobre ser alguém que dá ou não trabalho, e é também um marcador de gênero. Menezes (2007), estudando as transformações que ocorreram na Usina Primavera, na Zona da Mata Pernambucana, como novas práticas de gestão ambiental, ressalta que a nova forma de recrutar trabalhadores, buscando e fazendo uma informatização de seus dados pessoais, também pode ser uma forma da usina se prevenir contra ações trabalhistas. Pontua a autora que

As medidas adotadas para redução de ações trabalhistas visavam à prevenção de situações que poderiam gerar futuros conflitos entre empresas e trabalhadores através de ações trabalhistas. Para tal, a usina vem evitando, através da confecção de banco de dados informatizado, a contratação de trabalhadores faltosos, pouco produtivos ou que moveram ações contra ela (Menezes, 2007, p.79)

Em outro contexto de ocupação temporal de terras, conforme Loera (2006) no caso dos acampamentos sem-terra, aqueles que são indicados para serem assentados passam também por uma avaliação moral por parte dos militantes do movimento, que consideram que existem “boas famílias para assentar” o que nesse contexto quer dizer que são disciplinadas, que não dão problema na convivência com os vizinhos e que se envolvem nas atividades coletivas.

As avaliações morais parecem estar em jogo tanto por parte das fazendas de café, que escolhem apenas mulheres com algum vínculo com os homens contratados, e que não possuem *ficha policial*; quanto pelos próprios trabalhadores(as), de Cabo Verde ou de outras cidades, que através da convivência coletiva, legitimam quem pode ou não trabalhar em suas *turmas*, escolhendo quem traz *boa convivência* ou que *são como uma família*.

Carlos, que foi a primeira pessoa com quem conversei, no primeiro dia de campo em 2016, me contou que uma mesma *turma* se deslocava junto para uma mesma fazenda por mais de 10 anos. Essa convivência constante e intensa de quem divide cerca de 3 meses um mesmo local de trabalho e morada, faz com que nos corredores dos cafezais sejam construídos vínculos muito fortes de amizade e companheirismo. “A gente até fez uma camisa um ano”, contou Carlos. Na camisa estava estampado “Os Brothers do Café”.

Carlos, é da *turma do alojamento*, e nas poucas visitas que fiz por lá, ele me contou que os *homens são escolhidos a dedo*. Como são *homens solteiros*, Carlos afirma que é preciso ter cautela para escolher seus parceiros de trabalho, para não ter ninguém que *arrume briga, beba muito ou caia na gandaia*.

Luiz, me contou que inicialmente, muitos homens do alojamento *não aguentavam a saudade de casa*, e iam embora antes do final da colheita. Uma das principais reclamações era porque eles *sentiam saudade da comida de casa*. Como muitos homens eram casados, mas iam sozinhos para a colheita, muitos não tinham o hábito de cozinhar, ou se tinham, não tinham o hábito de cozinhar para uma grande quantidade de pessoas. Isso fez com que a fazenda, contratasse cozinheiras da cidade para preparar *suas boias*, mas percebeu que se contratassem cozinheiros, da própria cidade de origem dos *apanhadores*, o trabalho na *panha* e o sentido que os *trabalhadores* davam a eles era maior e melhor, explica Luiz.

Se pensarmos que quando se migra a forma de constituir e ocupar um espaço está em relação constante com a memória afetiva (Maciel, 2016), o fato dos alimentos preparados por estes sujeitos no sul de Minas conterem especiarias do norte de Minas, trazidas pelos mesmos, traz para o debate a questão do alimento como parte fundamental do que circula por essas redes de mobilidades sociais e para os múltiplos significados que a casa de morada pode assumir para estes trabalhadores.

Nesse caso, a circulação dos alimentos adquire papel central pois além de ser o que transita entre os dois universos, os de onde saem e para onde vão esses trabalhadores (as) de outras regiões, é o que funciona como “um canal de intermediação entre os dois universos, uma forma de recuperar parte do que representa o lugar de origem” (Weitzman, 2015, p. 209).

Os alimentos também aparecem na tese de Nogueira (2010), como fundamental para manter e fortalecer vínculos afetivos entre as pessoas que vão e as que ficam, no trânsito de trabalhos sazonais em fazendas de café. Segundo a autora, nas redes tecidas no ir e vir entre as cidades há trocas “vinculantes a todos os familiares que desejam continuar em sua parentela” (Id. *ibid*: 23), trocas estas entendidas como prestações sociais onde circula gentilezas, favores, objetos pessoais, informações, utensílios domésticos e alimentos.

Uma das figuras deste movimento entre trabalho nas fazendas e voltas para Aracatú, é a figura do portador de presente, que muitas vezes, traz alimentos enviados das fazendas onde trabalham, para serem divididos com a parentela. Nogueira (2010), chama a atenção para a expressão que aparece em seu campo. “sair para comer no mesmo lugar”. Segundo a autora, esta

É uma expressão local que traduz uma antiga estratégia de famílias de Aracatú para sua reprodução enquanto parentela. Significa sair da terra natal, buscar recursos em outros lugares, e depois voltar, ou ter intenção de um dia voltar, para comer no mesmo lugar. [...] No mesmo lugar, por sua vez, expressa uma continuidade do local do comer/viver, a fazenda no sertão, com suas roças, suas mangas e mangueiros, seus corpos d’água, e principalmente, com suas casas de moradia. (Nogueira, 2010:207).

Os efeitos do trabalho na colheita do café em Cabo Verde, ultrapassa os aspectos materiais, envolve toda uma política de afetos imbricada no *viver tudo junto, no tempero da comida*, nos corpos dos filhos da Natália que *engordam* na creche rural que fica na fazenda e nas formas destes trabalhadores ocuparem, existirem e resistirem em seus espaços de morada, que são fixos, mas também fluidos.

Poderíamos dizer que em Cabo Verde, é também a história dessas pessoas que estando em mobilidades, se fixam de alguma maneira e se inscrevem na paisagem local. Se inscrevem plantando mandiocas, deixando objetos e bens materiais nas próprias casas das *colônias* que só ficam abertas e funcionam como morada, nos períodos de safra, quando eles vão para a colheita.

Assim como a morada, nas fazendas de café, nos diz sobre o tipo de envolvimento nas relações de trabalho, o corpo também o faz, constituindo uma relação dialética com a atividade realizada nos cafezais. O corpo vai sendo alterado, moldado durante o próprio processo do trabalho, mas também, como veremos, determinadas partes do corpo e certos corpos, de homens ou mulheres são requeridos para realizar determinadas atividades da colheita e para determinados tipos de café. A cada café corresponde um corpo.

Capítulo 3

Café encorpado



Figura 9: Maquininha de 10 dedos. Julho de 2018. Lidia Torres

Discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos (Judith Butler, 2002).

3.1. Corpo, trabalho e *dores* nos cafezais

Por ser uma região montanhosa, caracterizada como uma região vulcânica, Cabo Verde possui muitos espaços íngremes, não sendo possível em muitas fazendas, o trabalho da colheita do café de forma mecanizada. Por isso, ainda hoje a *maquininha*, instrumento de trabalho motomecanizado, é fundamental nas atividades da colheita do café, bem como as técnicas utilizadas na colheita, já que os *apanhadores* de café têm relação direta e de proximidade corporal com os grãos de café ao colhê-los.

A antropóloga Cristina Larrea-Killinger (2014) em seu artigo “Conflitos familiares e autogestão comunitária da água: experiência em uma comunidade quilombola do baixo sul da Bahia”, destaca como relações e conflitos familiares influenciam diretamente nas práticas de acesso à água e dão coesão à comunidade. Segundo a autora, se as dinâmicas do parentesco mudam, como resultado de um conflito familiar, por exemplo, todo o *habitus* que organiza as práticas de procurar água também mudam, exigindo da sociedade novos sentidos para as práticas e as experiências de coleta de água. Para a pesquisadora, no contexto por ela estudado, as dinâmicas familiares além de organizar os sentidos da prática da coleta de água, também estão relacionadas ao *modus operandi* em que a coleta era realizada. A forma de carregar o balde de água, por exemplo, muda entre meninas e meninos. Segundo a pesquisadora, quando havia ajuda das filhas e filhos, as meninas colocavam um balde menor sobre a cabeça, enquanto os meninos preferiam apoiar o balde no ombro.

O antropólogo Carlos Sautchuk (2010;2014;2015), em suas pesquisas sobre a pesca artesanal na Vila Sucuriçu, Amapá, demonstra como a relação corporal dos pescadores varia de acordo com os instrumentos de trabalho utilizados na pesca. Relação esta que, segundo o antropólogo, é particular de cada trabalhador e de cada lugar onde irão realizar a atividade. As técnicas corporais, segundo Sautchuk (2010;2014;2015) são desenvolvidas de acordo com os próprios limites do corpo e dos espaços.

Segundo o autor, por exemplo, há diferentes usos que o anzol assume dependendo se é utilizado na pesca costeira ou na pesca lacustre. Enquanto na primeira, o anzol está associado ao espinhel, na segunda, ele é utilizado na linha à mão. Nos estudos do pesquisador, um mesmo objeto possui uso e técnicas corporais diferentes segundo o espaço em que está, devendo ser compreendido necessariamente com uma análise que priorize a pessoa bem como o espaço de trabalho,

Muito resumidamente, podemos dizer que, para se tornar pescador costeiro, é preciso conseguir interagir com os artefatos a bordo, fazendo de seu corpo mais um componente do sistema mecânico do barco, que age conforme o todo. Já para se dizer laguista, é necessário acoplar os petrechos do próprio corpo, fazendo com que o anzol e o arpão sejam extensões de suas próprias ações. (Sautchuk, 2014, p. 2)

A partir de dois exemplos etnográficos anteriores proponho uma imersão ao universo do mundo dos cafés, a partir das reflexões de duas das minhas interlocutoras, que nos permitem situar algumas das relações entre técnica, corpo e dinheiro da colheita do café.

Maria

Maria é caboverdense. Sua história se parece com a história de grande parte das mulheres caboverdenses que trabalham com a colheita do café. Maria, é uma mulher de pele preta, que trabalha com a colheita do café desde que se lembra de executar algum trabalho, primeiro, na infância, acompanhando os pais em colheita, “naquele tempo podia”, ressalta Maria. Depois, ao se casar com 18 anos, *assumiu o próprio caminho*, em suas próprias palavras. Ela seguiu trabalhando na colheita do café e, em períodos de entressafra, é trabalhadora doméstica. Hoje, com 51 anos, segue com as mesmas funções de mãe, esposa, trabalhadora rural e trabalhadora de casa, dela e de outras pessoas.

Em períodos de safra, ela acorda às 5h da manhã, passa um *café bem forte* e coloca a garrafa de café em seu *embornal*, junto com a *marmitta de comida* que já fora preparada por ela na noite anterior. Ela e seu companheiro saem de casa às 5h30 para encontrar sua *turma* e irem então para as fazendas colher os cafés. A *turma* da Maria é formada por 5 pessoas, todas elas são de Cabo Verde sendo Maria, a única mulher do grupo. Eles vão para diferentes fazendas em diferentes anos, podendo ser elas em áreas rurais de Cabo Verde ou de cidades vizinhas. A constante, que tem permanecido a mesma durante mais de 5 anos, é a *turma*, o *turmeiro* e a forma de ir para as fazendas.

Sempre no carro do João, o *turmeiro*, com a gasolina paga pelos proprietários das fazendas em que irão trabalhar, a Maria, seu companheiro e três amigos vão para os cafezais juntos no carro, com as *maquininhas* e os *panos* nos suportes de cargas do carro do João.

Maria conta que ao chegar nas fazendas, entre 6h30 e 7h da manhã, eles dividem-se entre os corredores ou *ruas* de cafés, sendo cada um responsável por uma *rua* e fazendo sozinhos todas as etapas de trabalho na colheita, trocando ajudas quando necessário como, por

exemplo, na hora de *puxar o pano*. Maria disse que apesar de trabalhar próximo uns dos outros, ela faz quase todo o trabalho sozinha, enfrentando o *medo* de encontrar animais peçonhentos como cobras e aranhas que às vezes aparecem entre os cafés.

Colhendo o café sozinha, durante toda sua jornada de trabalho, das 7h até às 16h30 da tarde, *panha de 17 a 19 litros¹⁴ de café* por dia, colocando a gasolina em sua *maquininha* de aproximadamente 8kg, colhendo com as mãos alguns grãos que permanecem nos galhos mesmo com a passagem da moto derriçadeira. Maria conta que quando os cafés são muito altos e a *maquininha* não alcança até o *topo do café*, é preciso *escorar uma escada* e colher o café em cima dela. Antes de começar a colheita, em cada *talhão de café*, ela estende os *panos* entre os cafés para que os grãos caiam sobre eles e, depois, *puxa esses panos*, com ou sem a ajuda do seu companheiro, fazendo com eles como se fosse uma grande sacola. Ao fim do dia, um caminhão da fazenda, passa recolhendo estes panos que ficam em cada corredor para a pesagem.

É no momento da pesagem que cada um dos *panhadores* da turma dela, fica sabendo quantos *latões* de café foram colhidos e quanto ganharão naquele dia, já que eles são trabalhadores informais, sem carteira de trabalho, e a remuneração é feita sobre a quantidade de *latões¹⁵* de cafés colhidos.

Em uma de nossas conversas, perguntei para a Maria se trabalhar em dupla não poderia aumentar a *produtividade* na colheita, se ela e se o seu companheiro, por exemplo, não conseguiram aumentar a quantidade de cafés colhidos e, conseqüentemente, aumentar o salário recebido ao fim do dia se trabalhassem juntos em todas as etapas da colheita do café. Sorrindo, ela me contou que o motivo de não trabalhar em dupla é porque ela *prefere panhar café sozinha, sem ninguém mandando ou reclamando* sobre a forma com que ela executa o seu trabalho. Mas que quando trabalhava de *carteira assinada*, ela trabalhava em dupla com seu marido, pois o salário não dependia da produtividade e sim, dos dias trabalhados.

Trabalhando de maneira informal, ela me contou que prefere *panhar* o café com a *maquininha que tem menos dedos*, porque esta seria *mais leve*. Ela disse que normalmente a *turma* dela, composta por ela e outros 3 homens, faz piadas por ser uma *maquininha mais leve*, e que teria uma produtividade menor. A escolha pela *maquininha*, segundo ela, é porque com a *mais pesada*, ainda que ela consiga *panhar mais café*, a sua coluna *não aguenta, doi*

¹⁴ Latões é como a população local chama a quantidade de cafés colhidos e têm como base sua remuneração, cada latão refere-se à 60 litros de café. O valor do *latão* varia de acordo com cada fazenda, entre R\$9 à R\$16 reais, durante os anos de desenvolvimento desta pesquisa.

¹⁵ A remuneração é feita sobre a quantidade de latão colhido, que são 60 litros de café. A saca de café é de 60kg. A média de latões de cafés para dar uma saca de café, varia de acordo com o grão de café colhido e sua maturação, sendo em média 600 latões de café que são referentes à uma saca.

muito o seu corpo. Mas é com a maquininha dela, que ela tira o seu sustento, contou ela, que também disse que seu sonho agora é conseguir juntar o dinheiro dos cafés para poder se aposentar, uma vez que seu sonho da casa própria também foi realizado com o dinheiro dos cafés.

Maria Aparecida Moraes Silva (1998), no artigo “As andorinhas. Nem lá. Nem cá”, descreve o trabalho realizado por camponeses migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha-MG que vão para a região agrícola de Ribeirão Preto-SP, para a colheita do café. Em sua pesquisa, a pesquisadora levanta questões relativas à exaustão do trabalho, cobrança por metas de produção e baixos salários, uma superexploração do trabalho, que muitas vezes causou morte ou invalidez permanente de muitos trabalhadores da época nos canaviais paulistas. Para a autora, os corpos destes trabalhadores e suas dores revelam suas histórias, seriam “história de corpos ‘marcados de história’” (Silva, 1998:31-32).

Nas novas configurações de trabalho que surgiram com a mecanização dos canaviais paulistas, Maria A. Moraes Silva, Juliana Dourado Bueno, Beatriz Medeiros de Melo (2014), destacam como a exaustão corporal do trabalho na cana, continuava sendo rotina. As atividades de cortar os gomos da cana ou de amassar a cana com os pés para a queimada, continuavam sendo feitas manualmente, e os trabalhadores se queixavam das dores no corpo, que surgiam devido a postura curvada ou até mesmo ajoelhada para cortar os gomos. Os depoimentos dos trabalhadores dos canaviais variavam, entre queixas de dores de cabeça, na coluna, enjoos, e machucados nos pés e nas mãos.

O trabalho nos canaviais, assim como o trabalho na colheita do café, é um trabalho que, no limite, demanda do corpo e tem o corpo como sua principal ferramenta de trabalho. Os corpos precisam se adaptar e se readaptar constantemente, com as novas ordens de rotina, de trabalho e até mesmo à novas realidades de clima e tempo, como é o caso de trabalhadores que saem do norte de Minas Gerais, conhecido por secas e calor extremo, para trabalhar na colheita do café, no sul de Minas Gerais, conhecido por invernos rigorosos.

Maria, me contava orgulhosa que *aguenta o trabalho no café, apesar das dores*, porque ele também dá à ela *alegrias*. Segundo ela, quase tudo que ela já conseguiu foi com o seu *próprio dinheiro*, inclusive a compra de sua casa própria, que foi conseguida *graças ao dinheiro do café*.

Enquanto tomávamos café da tarde, Maria me contava que ela e seu marido não tinham abertura de conta em uma instituição bancária e que guardavam o dinheiro da colheita em sua própria casa. Seu marido, em um ano decidiu levar com ele, em uma pochete, todo o dinheiro que ela estava guardando da colheita daquele ano. Ele guardou o dinheiro na pochete

ao lado de uma caneta. Debaixo do calor e do sol da *panha*, a caneta estourou e manchou as notas, que eram toda a reserva financeira da família.

Ela conta com os olhos cheios d'água que, na época, os caixas bancários, para diferenciar as notas de furto e assaltos, eram programados para jogar uma tinta em notas, quando havia explosão das máquinas, por exemplo. Os bancários, muitas vezes, *ficavam com olhares tortos com eles e não acreditavam na história que contavam* sobre o porquê das notas manchadas, fazendo *pouco caso* e dando à eles pouca ou nenhuma instrução do que era preciso fazer, conta Maria

Eu fiquei muito depressiva na época, não queria mais trabalhar com nada, nem com o café, mas era o dinheiro do café que me dava tudo. Um funcionário que, na época, fez tudo e que também entrou em ação no Banco para nós. Ele nem trabalhava nessa parte, outras pessoas que atendiam a gente, aí ele ficou sabendo do que aconteceu e pediu pra nós voltar no banco. Aí a gente conseguiu o dinheiro não em notas físicas, mas em crédito que foi usado na compra da casa.

Após esse dia, ela me contou emocionada e também sorrindo, *eu nunca mais deixei meu dinheiro na mão de ninguém e comecei a separar meus ganhos na colheita do meu marido*.

Segundo Nogueira (2013), que trabalhou com famílias de Aracatu, sertão do estado da Bahia, analisando os sentidos dos deslocamentos migratórios para fazendas cafeeiras na região Sudeste, o dinheiro ganho no trabalho dos cafés é essencial para permitir a dinâmica produtiva e reprodutiva das famílias camponesas. Sendo importante tanto para o comércio das cidades de destino e de origem dos trabalhadores, bem como para seus usos pessoais, segundo a pesquisadora é com o “dinheiro ganho no trabalho no café que as famílias garantem a feira até o ano seguinte, quando novamente seguem para o café.” (Nogueira 2013:248). A feira, como define a autora, é o termo nativo que significa ter dinheiro para viver durante o ano, para comer, vestir-se, ter o básico para continuar a vida (Nogueira, 2013).

Strathern (1988), ao fazer uma análise sobre as mulheres e os bens de valor em terras altas da Papua-Nova Guiné, ressalta a importância de se observar a forma como o dinheiro é gasto, mais do que a forma como é ganho. Olhar para a forma com que o dinheiro é utilizado revelaria contrastes entre certas sociedades da região no que diz respeito ao envolvimento de homens e mulheres na atividade de colheita de café, aos poderes que uns detêm sobre os outros em relação aos papéis específicos que assumirão na organização e execução do

trabalho. Essas diferenças seriam decorrentes dos significados das estruturas simbólicas que revestem homens e mulheres e “esses significados não são simplesmente derivados ou representativos da interação cotidiana; antes, podem fazer com que essa interação seja uma metáfora para outras coisas” (Strathern, 2017:118).

Quando Maria me contou a sua história, ela ressaltou que não é só ela, mas muitas outras mulheres também procuram *guardar* mais o dinheiro da *panha* do que seus maridos, *já que eles gastam com outras coisas quase sempre*. E que o dinheiro da *panha* já é contabilizado nos gastos e planejamento familiar antes mesmo da colheita acontecer. “A gente faz compra parcelada, para pagar na época da *panha*”, conta ela.

Luci Cavallero e Verónica Gago (2019) em “Una Lectura Feminista De La Deuda”, ressaltam a importância de olhar para o gênero e para a circulação de dinheiro. Para as autoras, é importante olhar para uma economia em que gênero esteja presente, como uma forma de politização de questões que por muito tempo foram minoritárias ou marginais na economia clássica. Nos termos das pesquisadoras, olhar para a circulação do dinheiro e para as dívidas feitas ou pagas, é um diagrama de entrelaçamento entre a violência sexual e a violência laboral, entre a violência racista e a violência institucional, entre a violência dos sistema judicial e a violência econômica e financeira.

O dinheiro do café, quando verbalizado pelas mulheres que se dizem mais *independentes* com ele e que fazem questão de administrá-lo de forma *separada* de seus cônjuges, nos aponta para este “diagrama de entrelaçamento” (Cavallero; Gago, 2019), que coloca as motivações para o trabalho na colheita sob uma perspectiva de gênero e corporalidades que não é banal. Há um simbolismo na *independência* que trabalhadores e trabalhadoras destacam que conquistam ali, nos *cafezais*. O esforço físico, a vivência em fazendas longe de suas cidades e famílias, a sujeição ao frio e ao calor, bem como a estigmas sociais, também dão à elas, em suas próprias palavras, *dignidade*. A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, me contaram como o trabalho *nos cafés* é um trabalho de *persistência, coragem e dignidade*.

Natália

Diferente de Maria, Natália é natural de Varzelândia, norte de Minas Gerais, e mora nas *colônias* da fazenda Monte Alto, durante a colheita do café. Porém, igual a Maria, Natália é mãe de dois filhos, esposa e também em suas narrativas faz questão de destacar como o trabalho na colheita, é um trabalho de *força e coragem*.

Natália me confessou que só consegue ir para os cafezais depois que a creche municipal rural que fica próxima à fazenda abre. Ela e outras mães, chegam nos cafés por *kombis* da fazenda por volta das 7h30, quando os filhos já estão na escola. Os homens ou quem não tem filhos, começam o trabalho na colheita antes delas, por volta das 6h30.

Na fazenda Monte Alto, o trabalho e a remuneração dos *panhadores e panhadoras* de café é padronizado, porque é um contrato de trabalho por *carteira assinada* e não por produtividade, como é o caso da *turma da Maria*. Para todos da *colônia*, o trabalho nos cafés era o único registro de trabalho formal em suas Carteiras de Trabalho. Por isso, a divisão dos trabalhos e horários entre a *turma da colônia* parece ser mais flexível que entre a *turma da Maria*, por exemplo.

Ellen Woortmann (1998), em seus estudos sobre os seringais da Amazônia ressalta que as mulheres executam o mesmo trabalho dos homens, mas em diferentes lugares, ou se executam nos mesmos locais, muitas vezes utilizam outros instrumentos de trabalho. Estes instrumentos de trabalho levados pelas mulheres para suas atividades, eram negociados com os homens parceiros de trabalho, que quase sempre eram, seus pais ou cônjuges. Segundo a pesquisadora, essas relações das mulheres com os instrumentos de trabalho constroem relações de produtividade e de gênero bastante distintas, ao mesmo tempo que nos diz sobre a sobreposição das atividades no trabalho com hierarquias familiares. Exemplo que observo em contexto diferente, mas com semelhanças quanto a organização de trabalho e uso de instrumentos de trabalho na colheita do café.

Natália contou que o trabalho na colônia é feito em duplas, normalmente entre cônjuges. Muitas das mulheres da *colônia* me contaram que preferem trabalhar em outras atividades da colheita, que não seja *pahar o café* com a *maquininha*. Elas preferem, por exemplo, ficar com a função de *puxar o pano* ou colher os grãos que caem ao chão ou sobram nos galhos, porque, por mais que seja um trabalho árduo, *a maquininha é muito pesada, doi o corpo* e depois, ao voltar para as casas da *colônia*, elas encontram mais dificuldade para cuidar da casa, dos filhos e cozinhar, por exemplo. Natália, me contou que estava *puxando o pano* ao me mostrar o seu joelho todo ralado. Escapar da dor no corpo e das marcas que a colheita deixa, não parece uma alternativa aos trabalhadores e trabalhadoras que trabalham nos cafezais.

Natália, como brevemente exposto anteriormente, é esposa do Roberto, *turmeiro* das famílias da *colônia* da cidade de Varzelândia. Para ela, o trabalho nos cafezais é *um trabalho de coragem*. Porque, não é fácil ficar *tanto tempo longe de casa, nesse frio do inverno do Sul de Minas* e encarar o trabalho nos cafés. Natália complementou dizendo que a região de onde

vêm, é marcada por secas e desempregos e que *lá*, quando as pessoas conseguem algum trabalho, é informal, ou *trabalhos pesados* como trabalhos em mineração e cana-de-açúcar, nas palavras dela, o trabalho com os cafés é um trabalho que *suja menos o corpo* e que pode ser realizado *com* a família, e que mesmo sendo um *trabalho pesado que marca o corpo*, é um trabalho *digno*.

Natália me contou que muitas mulheres da sua cidade natal, na região norte de Minas Gerais, quando descobrem que ela e as mulheres de sua *turma* estão indo com os seus familiares para a *panha* trabalhar *com o café*, dizem frases irônicas sobre seus trabalhos e a ida para os *cafés*. A revendedora de produtos de beleza, mãe de dois filhos, esposa, moradora urbana e de maio à agosto, também trabalhadora rural, me contou que outras mulheres *tem muito preconceito com o trabalho de roça, que acham um trabalho que suja o corpo, que é vergonhoso, é coisa de homem*.

Natália, conta que muitos conhecidos permanecem desempregados, por *vergonha de trabalhar na roça*. Ela complementa dizendo que ainda que nas atividades rurais, eles acabam por usar roupas que *não gostam*, ou que se *sujem na terra*, após o trabalho, *eles tomam banho, trocam de roupa* e estão *limpos*. Segundo ela, mesmo tendo *dores no trabalho pesado da colheita*, ter um trabalho *digno* é o que, ano após ano, faz com que ela volte para a colheita de café.

No livro “De Que Riem Os Boia-Fria” (2013), o antropólogo John Dawsey narra o imaginário social, os estigmas e comentários sobre trabalhadores canavieiros do interior paulista quando estes iam para as cidades. Para parte das pessoas, os boia-fria devido às suas vestes eram chamados de “espantalhos”, de “assombrações”. Dawsey (2013), retrata a alegoria que as idas e vindas dos canaviais acabavam por provocar na população urbana de Piracicaba (SP) e maneira com que muitos desses trabalhadores reagem aos estigmas, utilizando os olhares pejorativos lançados à eles para transformá-los em resistência e riso. Segundo o autor,

Cobertos de fuligem de cana queimada, com panos cobrindo as suas cabeças e emoldurando os seus rostos castigados pelo sol, davam sustos em transeuntes. Suscitavam o pasmo. Provocavam. Nas idas e vindas dos canaviais, no início dos dias e das noites, transformavam as tábuas de carrocerias de caminhões em palco de um teatro cotidiano. Interrompiam o fluxo da cidade. Nos risos e gestos dos

boias-fria se manifestava um teatro de assombrações. (Dawsey, 2013: 27)

Dona Ana, uma das vezes em que eu estava acompanhando sua *turma* nos corredores de cafés, de forma sutil e em poucas palavras, me fez repensar todos os meus outros dias de campo. "Vem sábado ou domingo, nós estaremos de banho tomado, com outra roupa. É outra coisa, e dá pra gente conversar melhor". Ela, às 6h da manhã já estava com as roupas habituais de trabalho: botina, calça jeans, blusa de manga comprida, boné azul de proteção com casquete e luvas térmicas com antiderrapante na palma da mão. Alguns dos que acompanhavam D.Ana em sua *turma*, também utilizavam viseira e proteção auricular, completando os pré-requisitos do Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários no trabalho nos cafés. Porém, mesmo sendo de uso obrigatório na fazenda, poucas pessoas de fato usam os EPI's completos no trabalho.

Na fazenda Monte Alto, é obrigatório o uso de EPI para o trabalho na colheita do café. A fazenda disponibiliza anualmente cursos e palestras sobre a importância do EPI para evitar acidentes de trabalho e minimizar os efeitos danosos da *panha* durante a colheita. O *som da maquininha* é estridente, durante seu uso folhas, galhos e grãos de café são arremessados à distâncias. D. Ana me contou que apesar disso, são poucos os trabalhadores que usam o EPI completo. Segundo D. Ana, apesar de todos saberem da importância do uso correto do equipamento, eles preferem não utilizá-lo porque *não gostam*, porque *atrapalha o trabalho*, e algumas de suas companheiras evitam tanto o EPI quanto sair para ir para a cidade após o trabalho nos cafezais, porque *acham feio*.

Um dos pontos que mais me chamou a atenção durante o desenvolvimento dessa pesquisa, foi o relato da maioria absoluta dos meus interlocutores, que repetidas vezes, em diferentes conversas, me falavam sobre como *de banho tomado eram outras pessoas* e que relataram sobre o aumento de dores no corpo durante a colheita de café, que os fazia buscar medicamentos durante o tempo de safra.

No artigo de Dibe Ayoub (2014), "Sofrimento, tempo, testemunho", a autora ressalta experiências femininas ao longo de um conflito de terras no município de Pinhão, interior do Paraná. Através das narrativas sobre estas experiências femininas em conflitos de terra, a antropóloga discute noções de sofrimento, e aquilo que pode ou não ser comunicado sobre as situações de violência vividas. No contexto pesquisado por ela, violências permeiam a própria constituição da vida, valores e sentimentos das pessoas e situações em que estão envolvidas.

Estas violências que se davam através de narrativas emocionais, seriam, nas palavras da pesquisadora, “experiências incorporadas” (Ayoub 2014).

Em entrevista para o especial de rádio sobre café no município de Cabo Verde, em 2021, da jornalista Mariana Ribeiro, a enfermeira que também trabalha na secretaria de saúde do município, Luciana Kelly, informou que o aumento de consultas médicas, acidentes de trabalhos e a busca por analgésicos aumentam consideravelmente durante a colheita.

A médica da atenção primária Carolina Simões, que faz parte da Equipe de Atenção Primária (EAP) da zona rural do município de Cabo Verde relata que, cotidianamente durante o período de safra, em seus atendimentos há queixas de lombalgia (dor na coluna) ou lombociatalgia (dor na coluna que irradia para os membros inferiores), que provavelmente são decorrentes do esforço físico excessivo presente nas atividades rurais com movimentos repetitivos, posturas inadequadas, alta carga de peso e ritmo intenso de trabalho. A médica, conta que durante a colheita, são utilizados muitas vezes sem prescrição médica, analgésicos e anti inflamatórios não esteroidais (AINEs) para buscar alívio das dores que surgem com o trabalho. O uso incorreto dos AINES, alerta a médica, ao longo dos anos, é um fator de risco para desenvolvimento de patologias renais, como doenças renais crônicas.

Segundo Carolina, a alta carga de horários de trabalho e a distância entre as fazendas e os centros de atendimento, faz com que parte da população rural do município procure atendimento médico quando já possuem sintomas agudos e sinais avançados de comorbidades, como lesões músculo-esqueléticas, hérnia de discos e o diagnóstico tardio de hipertensão e descontrole de colesterol, que são fatores de risco para infarto agudo do miocárdio (IAM) e acidentes vasculares cerebrais (AVC). Além da saúde física, a saúde mental e *nervosa* da população caboverdense, também merece atenção.

Everton de Oliveira, pesquisando sobre uma comunidade de colonos alemães em São Martinho, destacou que a *dor* se apresentava nas narrativas cotidianas dos moradores. Para o autor, as *dores*, que os moradores diziam ser decorrentes dos trabalhos nas fábricas, ultrapassavam os limites do trabalho, se estendiam para o dia a dia. As dores físicas e psicológicas, em narrativas de moradores da comunidade de São Martinho, que destacavam o *nervoso* e a *depressão* funcionária, nas palavras do autor, como uma “dimensão corporal da socialidade”, “A pessoa se formava na teia de comunicação nervosa, que subjetivava a duração relacional da dor” (De Oliveira, 2018, p.137).

No contexto das fazendas do café em Cabo verde, meus interlocutores para *aguentar* o trabalho na colheita, recorrem muitas vezes ao álcool, que também seria uma forma de comunicar as angústias, sofrimentos nesta “teia de comunicação nervosa” (De Oliveira,

2018), que fica mais exaltada em períodos da colheita do café. Segundo Reginaldo Roberto da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Verde, também em entrevista para a jornalista Mariana Ribeiro, o maior índice de faltas no trabalho durante a colheita do café é causado pelo alcoolismo.

Marcelo, camarada de uma das fazendas em que desenvolvi pesquisa, é um homem de físico forte e esguio, de 36 anos. Em uma de nossas conversas, contou-me que mesmo tentando evitar tomar medicamentos, se não usar analgésicos para *enxaqueca* e *dores* no corpo, é quase impossível *aguentar o trabalho na panha*. Maria, em relato parecido disse que durante a *panha* o uso de medicamentos é diário. Maria é trabalhadora doméstica e interrompe este seu trabalho, para o trabalho rural, durante a colheita. Ela, que trabalha durante a colheita e pós colheita de café, tanto na *panha* quanto na *varreção*, diz que precisa ficar uns meses após terminar as atividades *nos cafés* sem trabalhar como trabalhadora doméstica, já que precisa *recuperar o corpo*.

Ainda que fazendo referência a outro contexto etnográfico, o trabalho de Eduardo Viveiros de Castro (1979), em seu artigo “A fabricação do corpo na sociedade xinguana” serve de inspiração, para reafirmar a centralidade que o corpo parece adquirir no contexto aqui analisado conforme a atividade da panha vai sendo desenvolvida. O antropólogo descreve como no sistema social alto-xinguano, na aldeia Yawalapíti corpo humano necessita ser submetido a processos intencionais, periódicos de fabricação. O repouso, períodos de reclusão onde não pode-se ser visto socialmente, seria um dos períodos necessários para que o corpo seja fabricado. Na aldeia Yawalapíti, destaca Viveiros de Castro (1979) o social não se deposita sobre o corpo, ele cria o corpo.

Klass Woortmann (2008) em “Quente, frio e reimoso”, focaliza a relação entre comida e o corpo humano em contextos camponeses. E defende a ideia de que práticas alimentares funcionam como uma espécie de linguagem. Analisando comidas consideradas quentes ou frias, o que varia de acordo com cada região, o autor ressalta que a definição não se estende apenas ao domínio estrito dos alimentos, mas também ao corpo humano. Para Woortmann “o corpo humano é parte do universo, e uma parte muito especial, pois é nele que ‘existe’ o próprio indivíduo que percebe o universo” Woortmann (2008:20). Já a antropóloga Taniele Rui (2012), pesquisando um contexto urbano e as redes de usuários de crack em pessoas em situação de rua, é um exemplo interessante que nos faz pensar nesta fabricação de corpos. Segundo a antropóloga, os usuários de crack, física e mentalmente vão mudando e se moldando a partir do consumo da substância, o peso muda drasticamente, as mãos e dedos adquirem marcas, e seus sorrisos mudam.

No caso dos trabalhadores e trabalhadoras do café, o corpo também vai sendo alterado, um no início da colheita e outro ao final e durante a safra. São corpos que passam por dores e quase sempre, se apoiam em substâncias analgésicas para *aguentar* o trabalho, e são estes mesmos corpos que também comumente precisam *de um tempo* para se *recuperar*, como relato de meus interlocutores, no final da safra.

3.2. Corpo do café: o que buscam os produtores de cafés especiais

Em uma conversa cotidiana na cozinha da minha casa, com Eva, amiga da família, ela me contou que muitos produtores da região e de Cabo Verde estavam se organizando para tentar caracterizar seus cafés como *cafés especiais*. Ali foi a primeira vez que ouvi o termo *cafés especiais* em Cabo Verde e soube da existência de uma associação que buscava se organizar coletivamente para buscar a certificação de seus cafés. Segundo Eva, os *pequenos produtores* da cidade, eram principalmente, os que estavam tentando a inserção no mercado de cafés especiais.

Em Cabo Verde, a Associação de Produtores de Cafés Especiais (ASSPROCAFE) foi criada em 2014. Segundo informações disponíveis no site da ASSPROCAFE¹⁶, foi através de reuniões de produtores rurais e agricultores que se reuniam no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável para buscar melhorias e soluções para valorizar o trabalho de pessoas do campo e melhorar a valorização do preço da saca na época, que a organização coletiva tomou forma. Em seu site oficial, a ASSPROCAFE, que hoje conta com 22 produtores, define sua missão em

Promover o desenvolvimento das pessoas praticando uma cafeicultura próspera e sustentável que garanta a melhoria da qualidade e produtividade dos cafés especiais e a valorização do bem estar das famílias¹⁷.

A pesquisadora Elisa Reis Guimarães (2016), que se debruça sobre a temática do mercado de cafés, destaca que para estudar a evolução do consumo de café, foi criada por especialistas do mercado de consumo a categoria “ondas do café”. O Brasil estaria agora

¹⁶ Disponível em: < <https://assprocafe.com.br/sobre> > Acesso em 28/06/2022.

¹⁷ Disponível em: < <https://assprocafe.com.br/sobre> > Acesso em 28/06/2022.

passando pela Terceira Onda, onde a valorização de uma forma sustentável de trabalho e bem estar ambiental e pessoal, seriam valorizados por importadores e consumidores de café.

Segundo a pesquisadora, a Primeira Onda foi o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX. Período no qual houve um aumento significativo e proliferação do consumo da bebida em todo o mundo e superprodução do café como *commodity*. Nesta Primeira Onda, o consumo de café tinha característica essencialmente utilitária. A Segunda Onda do café foi o período compreendido entre as décadas de 1960 e meados da década de 1990, quando o consumo começou a ter entrada artesanal, indo em direção oposta a massificação do mesmo na primeira onda. Foi aqui que começaram a surgir cafeterias especializadas em café como Starbucks, e também que o termo *cafés especiais* foi criado e popularizado.

Na Terceira Onda, no entanto, Guimarães (2016) pontua que mais que o café, o que parece ter grande relevância é a experiência de consumo, nas palavras da pesquisadora, os consumidores estariam mais exigentes em relação à qualidade do produto, mais engajados em relação aos modos de seu preparo e mais preocupado com sua origem social. Para Elisa Guimarães (2016), na Terceira Onda há

uma tentativa de reconectar os agricultores/produtores, consumidores e os alimentos; a utilização de canais não convencionais de fornecimento e distribuição; a adoção de princípios de enraizamento social, baseados em conceitos de comunidade e confiança, normalmente ligados a uma localização geográfica específica; e a organização em torno de um conceito de qualidade, que preserve as tradições ou heranças/patrimônios (Guimarães, 2016: 72-73).

Segundo a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), o café especial é aquele que atinge mais que 80 pontos em uma avaliação sensorial da SCA (Specialty Coffee Association). Essa avaliação é feita por um profissional certificado Q-Grader que segue protocolos de avaliação sensorial, porém, para que o café possa ser avaliado, é preciso que haja primeiro a avaliação física dos grãos. Para que o café possa ter a análise sensorial, é preciso que ele tenha primeiro, o que o mercado de cafés considera como uma padronização dos grãos, em tamanho, densidade e cor, além de serem livres do que consideram impurezas como grãos imaturos, com resíduos misturados como galhos, pedras ou folhas. A nota final da análise é uma média das notas de todos os atributos, que incluem bebida limpa e doce, corpo e

acidez equilibrados. Se a nota final for maior que 80 pontos o café é considerado de especialidade.

Conversando com Tiago, um dos produtores associados na ASSPROCAFE que tem se dedicado à produção de cafés especiais, ele falou que escolher produzir café especial, “não é um trabalho só pelo café”. Segundo o produtor, que está envolvido em todas as etapas de produção do café- desde o plantio da semente, *poda*, colheita, secagem dos grãos, seleção manual dos grãos de café, embalagem e comercialização direta com cafeterias-, o trabalho com os cafés especiais é também um trabalho em prol de pessoas.

Tiago é filho de *panhadores* de café. Ele descreve sua história, dizendo que cresceu em uma casa de *colônia* de uma das *grandes fazendas* de Cabo Verde, desde sempre, segundo ele, esteve envolvido na colheita e *sempre trabalhou para os outros*. Ele conta que o sonho dele era ter *terra própria* para trabalhar de forma autônoma e produzir os *seus* cafés. Para ele, que começou trabalhando com *café tradicional*, o reconhecimento do seu trabalho como *pessoa*, com *nome* e com *história própria* só veio com o *café especial*. O produtor conta emocionado,

Para as cooperativas o seu café é só mais um que se mistura ali com centena de outros cafés. O seu grão é só mais um grão. Com o café especial eu cuido de tudo, eu entrego ali para as pessoas que sabem, esse café aqui é do Tiago. Isso não tem preço. A gente vende o café mais caro por ser mais especial? Sim. Mas não é só por isso. O café especial tem pessoas, nomes, tem sua história ali. (Caderno de Campo, Cabo Verde/MG, julho de 2019).

Antes da entrega dos grãos de café já *selecionados* para a avaliação de um profissional Q-Grader que classifica os cafés e os pontua seguindo a escala sensorial da SCA (Specialty Coffee Association), por exemplo, é preciso que os produtores façam a seleção destes grãos e escolham os métodos de pós-colheita que influenciarão no *sabor, doçura, corpo e acidez* dos cafés colhidos.

É comum o termo *corpo do café, café encorpado*, para dizer sobre características e classificações de cafés especiais. Porém, parece ser um diferencial que também contribui para o café se tornar *especial*, os corpos e a forma com que o trabalho é executado e quem o executa. O café, assim como aqueles que o produzem também adquire corpo, é *encorpado*.

Em algumas das propriedades de cafés visitadas, uma forma de colher o café, visando manter e potencializar a *qualidade dos frutos*, é a própria maneira de colhê-los. Segundo os produtores de cafés especiais, a *qualidade do café*, é inerente ao grão, fatores como clima, altitude e solo influenciam nesta qualidade. O que os produtores buscam, no processo de colheita e pós colheita do café, é ter o *cuidado e atenção* para potencializar aquilo que os grãos já apresentam.

Na produção de cafés, separa-se os grãos maduros, dos grãos que ainda estão verdes. Há diferentes formas de fazer esta separação, sendo ela feita muitas vezes em lavadores. Na cafeicultura, chama-se de café boia, aquele que literalmente boia, flutua sobre a água quando passa no lavador. Este processo de flutuação do café pode indicar que este é um café que pode estar com *defeito*, com problema de maturação ou com degradação interna por fungos ou insetos, os espaços vazios internamente causados por degradação, deixariam o fruto menos denso. Outro motivo é que o fruto pode secar parcialmente ainda no pé de café, ficando com menos umidade internamente, e por isso, menos denso, causa que os levaria a flutuar.

Por isso há uma preocupação dos produtores de cafés especiais em colher apenas os grãos maduros ou separá-los através do lavador. Acontece que, em um mesmo galho ou esteira de secagem, há grãos em diferentes estágios de amadurecimento, o que resulta em um processo de colheita, que precisa selecionar o tipo de grão colhido, alterando, portanto, o tipo de organização e forma de trabalho que no período da colheita e também na etapa pós colheita do café. No processo de pós-colheita, faz-se a *catação* dos grãos para buscar grãos homogêneos, e fazer mais uma *separação* de grãos *defeituosos*. Em várias fazendas, o trabalho de *seleção* ou *catação* dos grãos é feito de forma familiar. Segundo alguns de meus interlocutores, é preciso *paciência* para *catar e escolher* os grãos, selecionando-os por tamanhos e eliminando qualquer *defeito*, galhos e folhas que possam estar nos cafés.



Figura 10: Seleção manual dos grãos de café. Ivan Santana. 2022.

Eva, quando me contou sobre a produção de cafés especiais em Cabo Verde, me contou que *na roça de seu irmão ele coloca só as mulheres para panhar os grãos maduros. Porque os homens são muito impacientes. E as mulheres são mais delicadas, cuidadosas e pacientes.*

Vanda Aparecida da Silva (2007), traz relatos de como, em seu contexto etnográfico, algumas características são tidas como masculinas ou femininas por seus interlocutores. Virilidade, desejos sexuais e alguns tipos de trabalho, como por exemplo, trabalhos braçais ou a migração para a colheita de cana, são tidos por seus interlocutores como predominantes e muitas vezes, inerentes, aos homens. Estas características, segundo parte de seus interlocutores, justificaria determinados comportamentos e formas de agir socialmente.

Em Rosário das Almas, no Vale do Jequitinhonha, a autora destaca, como parte da população divide trabalhos em trabalho de homens e trabalho de mulheres, devido às características que são também significadas como masculinas ou femininas. Silva (2007), ressalta como no trabalho nos canaviais, por exemplo, muitas mulheres também conseguiriam executar os mesmos trabalhos e técnicas dos homens. Porém, nas palavras da autora, há uma

disputa simbólica em torno das atividades do trabalho e de quem poderia realizá-las no interior dos núcleos familiares, haveria portanto, no interior dos lares o que Silva (2007), nomeia como uma disputa pelas atividades, uma “queda de braços” simbólica pelo poder ser e fazer determinadas ações.

Em Cabo Verde, é possível observar um movimento que também tem significado trabalhos como masculinos ou femininos. Não porque homens e mulheres não consigam executar uma mesma função em atividades da colheita, e especialmente, no pós colheita, e sim porque socialmente há características tidas como predominantes, inerentes ou mais facilmente encontrada em mulheres, como o *cuidado com os cafés*, a *paciência para catar grãos*, em contraponto com a *impaciência dos homens* e forma mais *rude* de lidar com habilidades manuais.

Com a busca pela qualificação de cafés como “cafés especiais”, os modos diferenciais de trabalho parecem salientar-se. Algumas fazendas preferem contratar mulheres para ajudar em atividades de pós colheita, em que o trabalho manual, como a escolha dos cafés, tem crescido cada vez mais. Quando se é contratada pessoas específicas com *habilidades* específicas para trabalhar na colheita de café especial, habilidades estas que muitas vezes não seriam adquiridas, mas que estariam *corporificadas* nelas, como a *paciência* e o *cuidado* das mulheres, ou como a *força para trabalhos braçais* de homens, que teriam mais *facilidade e jeito* para atividades como poda de café, adubagem ou mesmo colheita dos grãos, o trabalho acaba funcionando como categoria que identifica, distingue e situa corpos.

Carlos Sautchuk (2014), ao falar sobre técnicas corporais afirma que a importância de seguir as diferenças técnicas de execuções de trabalho é porque elas são sempre negociadas. Segundo o autor, “quando a ação de um modifica a trajetória da ação de outro, isso obriga ambos a reestruturarem uma nova ação e inclusive as condições geradas por esse contexto” (Sautchuk, 2014, p. 16). Na colheita, as maneiras com que se dão as divisões e execuções no trabalho parecem estar constantemente em modificação, se adaptando e moldam-se ao contexto social que se impõe.

É importante dizer, que o aumento pelo trabalho de mulheres em diversas atividades do café, se dá em um momento de aumento de busca pela certificação de cafés. Empresas de exportação, compras e de certificação de cafés buscam e recompensam fazendas que incentivam a maior participação de mulheres em atividades no café.

Na Fazenda Monte Alto, Luiz, contou-me que um dos seus clientes do Japão, quando foi conhecer a fazenda e os métodos de trabalho para decidir se importaria ou não os cafés especiais, queria experimentar o café, mas principalmente, queria conhecer as pessoas e as

condições de trabalho envolvidas no processo da colheita, “*ele queria saber se tinha mulheres que trabalhavam pra gente, se tinha banheiro lá nos cafés. E se não tivesse ou se ele não gostasse do que visse, ele não ia comprar o café da gente não*”.

Foram vários os relatos com produtores de cafés, que ficou claro que há um incentivo pela participação das mulheres em diferentes níveis de atividade da produção de *cafés especiais*. Com a demanda do consumo de cafés, as histórias por trás da produção, plantio e venda é o que parece também vender.

Conversando com Giovanna, uma das participantes da Associação de Produtores de Cafés Especiais (ASSPROCAFE) de Cabo Verde, ela me contou que entre palestras de incentivos ao negócio, houve uma em 2017, que até então nunca tinha tido e que tentou levar para o debate quem não tinha tanto hábito de participar da reunião: as mulheres. A palestra visava incentivar a participação das mulheres na produção de *cafés especiais*.

Desde 2018, por exemplo, a empresa Três Corações, através do o Projeto Florada, têm escolhido produções que têm a participação de mulheres para compor sua linha de cafés que segundo a empresa define-se como:

Mulheres estão conquistando espaço no campo, trazendo *diversidade e sensibilidade* para a produção cafeeira. Em *reconhecimento à força* dessas cafeicultoras, o Grupo 3corações cria uma plataforma exclusiva de apoio e fomentação às conquistas delas no campo.

O Projeto Florada surge com o objetivo de unir e *empoderar* essas mulheres, e trazer melhores práticas na produção de cafés especiais, *gerando valor* para toda a cadeia, da produção ao consumo¹⁸. (Projeto Florada, *grifos meu*)

¹⁸ Disponível em: < <https://projetoFlorada.com.br/florada/projeto-florada-2/> > Acesso em 28/06/2022.



Figura 11: Foto do Site Projeto Florada. Acesso em 2022.

Algumas das edições do Projeto Florada contou com produtoras de Cabo Verde que até então, segundo Giovanna, nunca haviam se preocupado em participar de atividades da colheita, ou que trabalham em outras funções, como professoras, por exemplo, mas agora por ser produtoras ou cônjuges de produtores rurais também se enquadram na categoria de *produtoras* de cafês.

As características que alguns produtores de café buscam, como *paciência, delicadeza, cuidado*, ou as características que são ressaltadas no site do Projeto Florada como *diversidade, sensibilidade, força, coração da mulher*, são importantes para situar as diferenças de gênero como já assinalado anteriormente, mas também diferenças relativas ao corpo destas trabalhadores, de um corpo que é tido como corpo-capital (Wacquant, 2002).

Nos cafês especiais, se há uma preocupação pela *qualidade* e notas sensoriais dos cafês, há também uma centralização de corporalidades específicas, que parecem funcionar como um corpo-capital, onde importa o quê, quem e qual a forma deste corpo-trabalho.

Loic Wacquant (2002), em seu trabalho etnográfico entre boxeadores menciona que o corpo dos pugilistas, por serem o próprio trabalho e o próprio produto do trabalho “convidam-nos a superar as distinções tradicionais entre o corpo e o espírito, entre o instinto e a idéia, o indivíduo e a instituição” (Wacquant, 2002, p.170). Para Wacquant (2002), a frase “Pagar com sua própria pessoa”, no universo do box, assume sentido forte. Como mostram as descrições do pesquisador, o sucesso da carreira no boxe, supõe uma gestão rigorosa do corpo, uma “ciência concreta de seu próprio corpo” (Wacquant,2002), em que os pugilistas precisam saber os limites, as potencialidades e funcionamentos dos seus corpos em uma percepção prática.

Já Donna Haraway (2000), em seu Manifesto Ciborgue, faz uma crítica ao determinismo biológico e às dicotomias que reafirmam estruturas sociais. Para a autora, o natural não existe e pode ser continuamente construído e reconstruído. Em suas próprias palavras, através da imagem de um Ciborgue, um “irônico mito político”, um híbrido, que mescla corpo e máquina, corpo e política, realidade social e ficcional, ela nos leva à reflexão de como as biotecnologias são ferramentas cruciais no processo de remodelação de nossos corpos (Haraway, 2000) e acabam por corporificar e permitir novas relações sociais.

Na colheita do café, como demonstrado, é preciso que os *panhadores(as)* também se utilizem do próprio corpo, conhecendo seus limites e potencialidades, e negociando as formas de trabalho de acordo com as contextualidades em que estão inseridos. O corpo é ao mesmo tempo trabalho e método de trabalho, contando muitas das vezes com a ajuda da *maquininha*, que tantas vezes funciona como extensão do próprio corpo dos trabalhadores.

Os grãos de café, segundo um dos proprietários da fazenda Monte Alto, possuem um tempo próprio para serem colhidos. As fazendas que buscam certificação de seus cafés, procuram colher os grãos quando eles estão maduros. Por isso, a temporalidade do grão importa e, conseqüentemente, importa colhê-los no período pré-definido por cada fazenda.

Diante da demanda da rapidez do tempo para colheita e aumento dos custos para a produção de cafés, segundo Luiz, os produtores muitas vezes procuram reduzir o número de pessoas trabalhando nas fazendas. Com a quantidade de trabalhadores reduzidas, e mesma quantidade disponível de pés de cafés que precisam ser colhidos, várias fazendas quase que como uma exigência, incentivam o trabalho motomecanizado, com as *maquininhas*. Na urgência do trabalho e na necessidade do sustento, dar ao corpo um descanso e não sobrecarregá-lo fisicamente, não parece ser uma opção. A *maquininha*, neste sentido, é o próprio híbrido entre os *panhadores* e o trabalho. É a possibilidade de fazer com que o *corpo* se molde ao processo que se coloca na colheita, não sem sentir os seus efeitos.

Na colheita do café, é impossível pensar o corpo dos trabalhadores separado de instrumentos de trabalho, seja ela a *maquininha* ou suas próprias mãos. O corpo e o trabalho, as formas de trabalho, as possibilidades de trabalho e morada são um só, se fazem conjuntamente e só se compreendem quando observados como sendo um só.

Considerações Finais

Durante a realização da pesquisa em Cabo Verde, chamou-me a atenção a grande quantidade de casos de trabalhadores informais. Durante as entrevistas, foram raros os casos em que os *panhadores* pagam o *benefício rural* para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou que trabalham com carteira assinada. Normalmente, *trabalha registrado* quem trabalha em *grandes fazendas*, especialmente aquelas que são certificadas ou buscam certificação para vender seus cafés como cafés especiais. Alguns trabalhadores me contaram que há também fluidez da forma de trabalho, podendo ter em certas fazendas ou em certos períodos *carteira assinada* e em outros não.

É o caso do Jonas, que há mais de 6 anos está em uma mesma fazenda, fazendo todas as etapas de trabalho. Em época de *panha*, Jonas conta que *chama* algum de seus filhos ou sua companheira para *panhar café* com ele, mas em etapas pós-colheita do café e entressafras, ele *dá conta* de fazer tudo sozinho, porque são *poucos pés de café*. Jonas é contratado, é *camarada*, como ele me conta, mas seu pagamento é feito de formas inconstantes, depende da época e de *como tá a economia*, ressalta ele, lamentando, que prefere trabalhar de *carteira assinada*, mas que no de ano de 2021 estava recebendo por *latão de café colhido*.

Jonas, falou que sempre preferiu *trabalhar registrado* porque é uma *garantia de renda* e que ele sonha um dia em ter aposentadoria, ele disse que é preciso *conhecer os direitos* porque “quanto mais próximo do pé de café, menor o lucro”. Se referindo a diferença salarial entre *panhadores*, produtores, cooperativas de exportações de café e cafeterias que vendem cafés.

Segundo a Organização Internacional de Trabalho (OIT), na América Latina e no Caribe, o trabalho rural é o que mais enfrenta vulnerabilidade no trabalho. A taxa de trabalho informal é de 85,7% dos trabalhadores no setor agrícola, enquanto no setor não agrícola a taxa de informalidade cai para 65,8%¹⁹.

Quase sempre os pequenos produtores de café, fazem toda a *panha* em atividade familiar ou de *mutirão*, isto é, fazem a colheita do café com a ajuda de vizinhos, amigos e familiares que também são produtores, revezando entre eles o trabalho. Ou seja, primeiro se

¹⁹ Dados extraídos de < https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_761603/lang--pt/index.htm > Acesso em 20/04/2022.

panha café em uma fazenda e depois em outra, em um processo de *ajuda* nem sempre remunerada monetariamente.

Pequenos produtores, quando não realizam a colheita em suas fazendas por *atividades de mutirão*, também podem contratar *panhadores(as)* para a colheita, mas normalmente a colheita nestas fazendas é realizada em um número menor de *panhadores(as)* e preza-se pela contratação de quem é de Cabo Verde ou de cidades vizinhas, já que estas pessoas teriam condições de ir e voltar da fazenda para suas casas, sem que fosse necessário que elas, obrigatoriamente, morassem nas fazendas em que trabalham. Quando há contratação de trabalho, quase sempre, os *pequenos produtores*, contratam um mesmo grupo, ou uma única pessoa- o *camarada-*, para fazer o trabalho na colheita, tanto na *panha*, quanto em outras etapas do café, como plantio, *varreção* e *poda*, atividades rurais de entressafra, por exemplo.

Conversando com Jonas, contei que ouvi de alguns trabalhadores que eles preferiam trabalhar sem *carteira assinada*, porque segundo eles, quando se trabalha *registrado ganha menos*. Uma de minhas interlocutoras falou que preferia não trabalhar de *carteira assinada* justamente porque o preço do café *varia com a época*,

quando o café tá mais seco, ou em *corredores de cafezais* que não *deram tanto grão*, a gente tenta negociar o preço da saca, pedir um pouco mais ali no latão, aí de *carteira assinada*, não dá pra *negociar*. Tem que aceitar o preço que tá ali. Se for sair, tem que dar aviso prévio. Prefiro trabalhar *negociando*.

Jonas explicou que, em sua visão, é por isso que o trabalho informal em Cabo Verde é tão grande. Para ele o *peçoal fala* que prefere não ter *carteira assinada*, por terem uma falsa ilusão de que sem ela é mais benéfico, “isso aí é tradição, é medo e desconhecimento do direito”, ressalta Jonas, que também falou que “não há um pensamento a longo prazo para quem vive de trabalho assim na roça”.

Em entrevista, Maria também comentou que os acordos são feitos verbalmente, e que muitas vezes, o “patrão queria pagar bem menos do que estavam pagando por *latão* em outros lugares”, e que ela e sua *turma* tentavam *negociar o preço sem levar na justiça*. Já que segundo ela, “quando leva na justiça, a gente fica de ruim. O povo fala. Não confia mais na gente”.

Lygia Sigaud (2004), narra como com a chegada do Estatuto do Trabalhador em zonas canavieiras em Pernambuco em 1963 o medo do processo judicial ditou novas formas de relações entre trabalhadores e patrões, ao mesmo tempo em que aumentou o sentimento por

parte dos patrões de desonestidade por quem processava-os, já que as relações ali estabelecidas, eram tomadas pela lógica do dom, segundo termos de Marcel Mauss (2003), se colocavam como gratuitos, mas na verdade eram obrigatoriamente retribuídos e interessados.

Segundo Sigaud (2004), “muitos patrões se ajustaram ao direito para evitar a luta judicial; outros passaram a seguir as regras após um primeiro processo, negociando acordos amigáveis que levavam em conta o direito do trabalho” (Sigaud, 2004:146), mas muitos ainda procuravam trabalho dos *clandestinos*, que seriam trabalhadores sem contrato de trabalho e, portanto, que nas palavras da autora, eram considerado como sem direitos, para não precisarem contratar os *fichados* que eram trabalhadores com contrato e com direitos trabalhistas. O que parece se repetir em algumas fazendas de cafés no sul de Minas Gerais.

Além de terem índices expressivos de trabalho informal, trabalhos na colheita do café, também possuem dados alarmantes sobre trabalho análogos à escravidão. Segundo um levantamento feito pela Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam), em 2020, 140 trabalhadores foram resgatados em lavouras de café em condições análogas a escravidão²⁰. Todos em Minas Gerais.

Em Cabo Verde, a fazenda do presidente da Cooxupé, uma das maiores fazendas da cidade e da América Latina, que exporta seus grãos para empresas como a Nespresso e Starbucks, foi autuada em 2020, por descontar de forma irregular 30% do salário dos trabalhadores²¹ que vieram do Vale do Jequitinhonha para o trabalho na colheita de café na fazenda. O valor cobrado dos trabalhadores era referente à aquisição de *maquininhas* e combustível para elas, prática proibida pela legislação trabalhista.

A fiscalização foi feita pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por auditores fiscais do trabalho, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública e Polícia Rodoviária Federal. Os agentes descobriram que quase um terço do salário de 19 colhedores de café foi descontado ilegalmente de seus contracheques pela família do presidente da Cooxupé.

Isso faz com que cada vez mais empresas busquem cafés certificados e que possuem rastreabilidade da produção para que possam exportar e vender os cafés, evitando ações trabalhistas.

²⁰ Reportagem Brasil de Fato disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/26/documentario-mostra-violacoes-trabalhistas-em-plantacoes-de-cafe-e-de-minas-gerais-assista>> acesso em 20/04/2022.

²¹ Reportagem da Repórter Brasil disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2021/09/presidente-da-maior-cooperativa-de-cafe-do-pais-e-autuado-por-descontar-de-forma-irregular-30-por-cento-do-salario-de-19-trabalhadores/?fbclid=IwAR2Hn1VZgIetyW4wNyilx6PsjCHD1rQw2bgnBIM3S_u9c4aKGY6u3U_OaLo> acesso em 20/04/2022.

Com a pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, houve uma questão político-social de quem poderia ir para os trabalhos na colheita de café, levando em consideração fatores como se eram ou não grupo de risco, se iriam ou não em grupos familiares ou de conhecidos, se eram trabalhadores *de fora* ou *da cidade*. E no primeiro caso, onde morariam durante o tempo de colheita.

Isto porque em dezembro de 2019, houve uma preocupação global sobre o surgimento de casos de síndrome respiratória e eventuais acometimentos por síndrome respiratória aguda grave, causados por um novo tipo de coronavírus, o Sars-Cov-2. Em 11 de março de 2020, com o aumento e a gravidade dos casos ao redor do mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou como pandemia, o que ficou conhecido como Covid-19. Para tentar conter o avanço do vírus, cada governo adotou medidas particulares de isolamento social, de modo que as medidas de distanciamento social não se deram de maneira uniforme pelo país.

Cabo Verde, no dia 16 de março de 2020 decretou situação de emergência do município e restringiu, inicialmente por 15 dias, a abertura dos comércios, sendo permitido apenas o funcionamento dos chamados serviços essenciais- como supermercados, farmácias, açougues e feiras-, e também decretou recesso escolar.

No Brasil e no mundo, vários questionamentos começaram a ser levantados, principalmente no que tange a medidas trabalhistas e possíveis novas formas de trabalho em períodos de quarentena e decretos de isolamento social. O que poderia ou não ser considerado um serviço essencial e ter o funcionamento permitido durante o período de quarentena?

Em Cabo Verde, desde o dia 21 de março, foi decretado a proibição de comércio ambulante na cidade e foram feitas barreiras físicas nas principais entradas que dão acesso ao perímetro urbano do município. Houve um forte monitoramento local pelo que foi chamado de “Barreira Sanitária”. Nela, agentes municipais de saúde permitiam apenas a entrada de carros com placa de Cabo Verde ou de trabalhadores que comprovasse que trabalhavam na cidade. Era também anotada a placa de todos os automóveis que entravam na cidade através das vias principais que estavam sendo monitoradas.

A colheita do café estava próxima de começar. Em *lives* da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde, foram muitos os questionamentos sobre como seria a colheita naquele ano. Quais atividades poderiam parar? Quais poderiam funcionar? O que seriam serviços considerados essenciais e que poderiam abrir durante a quarentena? Se os comércios estavam fechados, se havia restrição e controle de carros de outras cidades para entrada na cidade, os

fazendeiros poderiam ou não contratar trabalhadores e trabalhadoras de outras cidades para a colheita do café? Afinal de contas, quem dita as regras do município?

De um lado, uma parte da população se colocava contra os produtores de café contratarem trabalhadores de outros municípios; de outro, os produtores defendiam que no município não havia mão de obra o suficiente para o trabalho e que “a roça não podia parar”; De um lado, uma população preocupada com a disseminação do coronavírus; Uma parte da população dizendo que quem sempre mandou na cidade foram os fazendeiros, de outro, a prefeitura tentando solucionar o problema de todos os comerciantes de maneira que parecesse que as medidas eram horizontais;

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, tentou organizar uma ficha trabalhista a fim de levantar o número de pessoas residentes em Cabo Verde que estariam dispostas a trabalhar na colheita do café, mas houve um número muito pequeno de inscrições. Assim, o argumento de que apenas trabalhadores(as) de Cabo Verde supririam a demanda de trabalho na colheita do café não conseguiu ser sustentado. Entre olhares de aprovação e desconfiança, a colheita aconteceu. De forma diferente, mas aconteceu. Com um número menor de *panhadores* de outros municípios, mas ainda assim com eles.

Com a pandemia da Covid-19, muitas fazendas tiveram que seguir as normas vigentes de decretos estaduais e municipais. Além dos decretos vigentes para que os trabalhadores seguissem medidas protetivas e que os afastava do trabalho por 15 dias caso houvesse investigação por qualquer sintoma gripal, havia a preocupação dos próprios trabalhadores com a saúde deles e das pessoas com que tinham contato, especialmente por parte das mulheres, que muitas vezes acumulavam além da *panha*, outras atividades de trabalho.

Sirlene, filha de Conceição de 86 anos que é acompanhada diariamente por dois cuidadores de idosos, que revezam os dias e horários com ela, me contou que Adriana, cuidadora de sua mãe e também *panhadora de café*, teve que escolher uma das duas atividades que realizava simultaneamente em época de colheita. Sirlene conta que Adriana deixou o trabalho de cuidadora para ficar integralmente na colheita, pois *tinha medo tanto de levar o vírus para a fazenda, quanto de trazer o vírus da fazenda para casa de sua mãe.*

Encontrar outra cuidadora no período de colheita que durante os anos de 2020 e 2021 coincidiram com a pandemia da Covid-19, não foi fácil, conta Sirlene. Para ela, as famílias *tinham medo de trazer gente de fora para dentro de casa*, e outras pessoas também *tinham medo de ir trabalhar em outras casas.*

Pela primeira vez *o de fora* era uma referência não ao trabalhador apanhador de café de outras cidades e regiões que vai para Cabo Verde e lá reside durante a safra, mas também

para se referir a qualquer pessoa de *outras casas*, que por algum motivo, como por exemplo, trabalho doméstico ou de cuidador de idosos, passasse a estar *dentro de sua casa*.

Com a pandemia da covid-19, e impossibilidade do trabalho na colheita, os corpos que muitas vezes já estão em situação de vulnerabilidade social e econômica, ficaram ainda mais à margem, pois tiveram que priorizar um trabalho e ter a renda familiar diminuída.

Um outro fator importante durante os anos finais da pesquisa, que foram os anos em que surgiu a Covid-19, é que durante a pandemia, as escolas foram fechadas e as fazendas reduziram o número de contratação de funcionários para que fosse possível seguir as novas normas de redução de pessoas trabalhando juntas nos cafés, e morando nas *colônias e alojamentos*.

Para as mulheres que são de outros estados, muitas vezes o trabalho só é possível porque há creches rurais próximas às fazendas em que trabalham, que podem deixar seus filhos. Com o fechamento das escolas, muitas mulheres que se deslocavam com seus filhos ou não se deslocaram, ou foram sem seus filhos, alterando um código de símbolos sociais presentes na colheita. Idosos também não foram contratados, já que eram considerados grupo de risco. Dessa forma a dinâmica familiar e de trabalho parece ter sido alterada.

Precisaria de um aprofundamento etnográfico para desenvolver estes temas e situações que foram surgindo ao longo do período de isolamento social, durante 2020 e 2021. Neste período impossibilitada para realizar a pesquisa nas fazendas as principais informações obtidas foram do convívio cotidiano na cidade e entre minhas próprias relações de conhecidos e parentes, não tendo conseguido portanto ter maiores detalhes sobre como ficou a dinâmica de trabalho nos cafezais. Fica aqui o desejo de que essa lacuna seja preenchida por novas pesquisas, que busquem compreender e deixar explícito este período histórico e os efeitos dele no mundo rural.

O que esta pesquisa tentou mostrar é como na colheita do café, o trabalho é sempre um trabalho *encorpado*. Nos cafezais, a prática da colheita está interseccionada com casas, regionalidades, corporalidades e afetividades. As *dores*, as *coragens*, os laços de *parentesco e amizade* agruparam as experiências cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, colocando como central e necessário um olhar sobre as pessoas e suas experiências de vida como base para a compreensão da dimensão dos trabalhos nos cafés.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: companhia das letras, v. 8, 2000.

ALMEIDA, M. W. B.. *Narrativas agrárias e a morte do campesinato*. Ruris-Revista do Centro de Estudos Rurais-Unicamp, 1(2). 2007

ÁLVAREZ, María Inés Fernández. *Além da racionalidade: o estudo das emoções como práticas políticas*. Maná, v. 17, p. 41-68, 2011.

ALVES, Y. C.. *Na dinâmica migratória: as mulheres quilombolas de Pinheiro e as relações sociais estabelecidas*. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia, 2011, Recife. ALAS- XXVIII Encontro da Associação Latino Americana de Sociologia, 2011.

_____. *A migração masculina e os modos de vida da comunidade quilombola Pinheiro: notas sobre família e trabalho num contexto de idas e vindas*. In: Claudia de Vilhena Schayer Sabino; Wolney Lobato, Sérgio de Moraes Hanriot. (Org.). Iniciação Científica: Destaques 2012. 1ed.Belo Horizonte: Editora PUC Minas, v. 1, p. 228-242, 2013.

_____. *As mães que enraízam e o mundo que gira: Criação e Movimento no Vale do Jequitinhonha- MG*. Tessituras: revista de antropologia e arqueologia, v. 6, p. 193-214, 2018a

_____. *Sob a luz e o calor do fogo: A criação entre os moradores de Pinheiro e as interconexões entre casas, famílias e corpos*. In: Ana Claudia Marques, Natacha Simeí Leal. (Org.). Alquimias do Parentesco: Casas, gentes, papéis, territórios. 1ed.Rio de Janeiro: Gramma, 2018b, v. 1, p. 205-232.

AYOUB, Dibe. *Sofrimento, tempo, testemunho: expressões da violência em um conflito de terras*. Horizontes Antropológicos, v. 20, p. 107-131, 2014.

BIANCHI, Caio Giusti. *Café e Economia Brasileira: da ascensão à extinção do ciclo do café*. Jovens Pesquisadores , v. 9, p. 89-99, 2012.

BORGES, Antonadia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BORGES, Antonádia. *Terra*. In: Sansone, Livio; Furtado, Cláudio Alves. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. EDUFBA, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. São Paulo: Edusp. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida*. GEIC/Cabral Editora. 1995.

_____. *Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil*. RURIS (Campinas, Online), v. 1, n. 1, 2007.

BRUSSI, J. D. E.. *Fazendo renda em casa e 'no curso': aprendizagem na prática*. Revista Equatorial: Revista do programa dos alunos de pós graduação em Antropologia Social, v. 6, p. 114-144, 2019a.

_____. *The Sound of Technique: Gesture, rhythm and form in bobbin lacing in the Brazilian Northeast*. Vibrant (Florianópolis), v. 16, p. 1-20, 2019b.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A brecha camponesa no sistema escravista (1979)*. Em Camponeses brasileiros, Volume I. Welch, Cliff et al (orgs) Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp/NEAD. 2009

CARDOSO, Thiago M. *Paisagens em transe: ecologia da vida e cosmopolítica Pataxó no Monte Pascoal*. Brasília, Mil Folhas/IEB, 2018.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

CARVALHO, Adilson de. *A Freguesia de Nossa Sra. da Assumpção do Cabo Verde e sua história*. São Paulo: 1998.

CASTRO, E. G.; CAPPELLIN, P. *Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais - algumas reflexões a partir de três estudos de casos*. Raizes (Campina Grande), Campina Grande, v. XVI, n.15, p. 113-130, 1997.

COMERFORD, John (org.) et al. *Casa, corpo, terra, violência: abordagens etnográficas*. Organizadores: John Comerford, Ana Carneiro, Dibe Ayoub e Grazielle Dainese. – 1. ed. - Rio de Janeiro : Editora 7Letras. 2021.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará (Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ), 2003. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. Revista de antropologia, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 107-142, 2014.

_____. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Relume-Dumará, 1999.

CORTADO, Thomas. *Houses made out of eyes. An ethnography of brick walls at the urban fringe of Rio de Janeiro*. In: ENCONTRO DA EUROPEAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION, Milão Anais. 2016.

CHAGURI, M. M., & BASTOS, E. R. *A atualidade do rural*. Lua Nova, (95), 13-27. 2015

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *A terra como ponto de vista*. In: 40º Encontro Anual da ANPOCS, 2016, Caxambu. Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS, v. 1, 2016.

DAMATTA, Roberto. *Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil*. In: Carnavais, malandros e heróis, p. 187-259, 1997.

DA SILVA, Vanda Aparecida. *As flores do pequi: sexualidade e vida familiar entre jovens rurais*. UNICAMP-Centro de Memória, 2007.

DE CASTRO, E. Viveiros. *A fabricação do corpo na sociedade xinguana*. Boletim do museu nacional, v. 32, p. 40-49, 1979.

DE MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. 1975.

DE MORAES SILVA, Maria Aparecida. *Trabalhadores rurais: a negação dos direitos*. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 27, n. 1, p. 29-42, 2008.

DE MORAES SILVA, Maria Aparecida; MENEZES, Marilda Aparecida. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. 2006.

DE OLIVEIRA, Everton. *Os Tempos da Colônia: etnografia sobre movimentos, dores e cuidados entre os colonos alemães do sul do Brasil*. Universidade Estadual de Campinas. 2018.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. In: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu, 1976.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E.E., *The Nuer: a description of the modes of livelihood and political institutions of a nilotic people*, Oxford University Press, 1940 Trad. Bras. Ana M. Goldberg Coelho. São Paulo. Perspectiva. 1978.

FORMAN, Shepard (1975). *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

FONSECA, Claudia. *O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'*. Teoria e Cultura, 2 (1), 39-53. 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática. 1976

GODOI, E. P.; AGUIAR, V. V. P. . *Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial*. *Cadernos Pagu*, v. 52, p. 1-35, 2018.

GODOI, E. P. *Mobilidades, encantamentos e pertença: o mundo ainda está rogando porque ainda não acabou*. *Revista de Antropologia*, v. 57, p. 143-170, 2014.

_____. *Territorialidade: trajetórias e usos do conceito*. *Raizes (UFPB)*, v. 34, p. 8-17, 2015.

GUEDES, André Dumans. *O trecho, as mães e os papéis: movimentos e durações no norte de Goiás*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2011.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2000.

LARREA-KILLINGER, Cristina. *Conflitos familiares e autogestão comunitária da água: experiência em uma comunidade quilombola do baixo sul da Bahia*. *Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais*, v. 2, n. 2, p. 220-231, 2014.

LOERA, Nashieli Rangel. *Uno jala al otro: barracos y movimientos como engranajes sociales del mundo de las ocupaciones de tierra en el contexto brasileño*. *REVISTA DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL*, v. 29, p. 65-82, 2020.

_____. *De movimientos, botellas y consideración: la producción cotidiana de lo común en asentamientos rurales del estado de Sao Paulo-Brasil*. *Revista de Estudios Sociales*, v. 70, p. 37-48, 2019.

_____. *Tempo de acampamento*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 231p. 2015.

_____. *A espiral das ocupações de terra*. 1. ed. São Paulo: Polis, v. 450. p156. 2006.

MACHADO, Carlos Eduardo. *Pertencimento e mudança: um estudo sobre temporalidades em um pequeno município brasileiro*. Dissertação de mestrado. Unesp. Marília/SP. 2017.

_____. *A “Arte Do Rodeio”: Peões, Touros E Tropeiros Na Sociedade Do Agronegócio*. Campinas/SP. [s.n]. 2022.

MARTINS, José De Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 32. 1986.

Mauss, Marcel. *As técnicas do corpo*. Cosac Naify. 2003.

MENEZES, Thereza. *Uma usina-símbolo: novas formas de gestão e proteção nas usinas pernambucanas*. RURIS (Campinas, Online), v. 1, n. 2, 2007.

MICAELO, Ana Luísa Martins. *Essa terra que tomo de conta: parentesco e territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco*. Tese (Doutorado em Antropologia do Parentesco e do Gênero) - Universidade de Lisboa. 2014.

MORELI, Alexandre; BUARQUE, Bernardo; VANNUCCHI, Marco Aurélio. *Entrevista com Luiz Felipe de Alencastro*. Estudos históricos (Rio de Janeiro.) 29 (57). Jan-Apr. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862016000100016>. 2016.

NEVES, Delma Pessanha. *Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora*. Em Neves, D. e Silva, M.A.M. (orgs) *Processo de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Vol 1. Formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: Unesp . 2008

NOGUEIRA, Verena Sevá. *Sair pelo mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa*. Campinas/ SP. 2010.

_____. *Trabalho assalariado e campesinato: uma etnografia com famílias camponesas*. Horizontes antropológicos, v. 19, p. 241-268, 2013.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875*. Em *Camponeses brasileiros, Volume I*. Welch, Cliff et al (orgs) *Coleção História Social do Campesinato no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp/NEAD. 2009

PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional*. Contraponto, v. 2, n. 2, 1977.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de, vol. 18, n. 2, p. 393-433 , 2010.

RUI, Taniele et al. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. *Aprendizagem como gênese: prática, skill e individuação*. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso) , v. 21, p. 109-139, 2015.

SAUTCHUK, C. E. ; SAUTCHUK, J. M. M. . *Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos*. Mana (UFRJ. Impresso) , v. 20, p. 575-602, 2014.

SAUTCHUK, C. E. . O que a rede nos ensina sobre o pescador?. Revista Coletiva , v. 01, p. 6, 2010.

SEYFERTH, G. *A dimensão cultural da imigração*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 26(77), 42-62, 2011a

SEYFERTH, G. *Campesinato e o Estado no Brasil*. Mana, 17(2), 395-417. 2011b

SIGAUD, L. *Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana*. Mana, 10(1), 131-163. 2004

_____. *“Se eu soubesse”*: os dons, as dívidas e suas equivalências. Ruris. Revista do Centro de Estudos Rurais, 1(2), 123-153. 2007

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *As andorinhas. Nem lá, nem cá*. Cadernos Ceru, v. 9, p. 29-44, 1998.

SILVA, Maria A. Moraes; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. *Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun, pp. 85-115. 2014.

SOUSA, Marina L. *De picadas, lotes, cutiões e precisão- sociabilidade e modos de habitar no Projeto de Assentamento Ajarani, RR*. Dissertação de mestrado. Ano de Obtenção: 2018. Nashieli Cecília Rangel Loera. Bolsista do(a): Fundação de amparo à pesquisa e extensão, FAEPEX, Brasil. 2018.

STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift*. In: The Gender of the Gift. University of California Press, 1988.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1980.

VELHO, Otávio. *O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969)*. Em Camponeses brasileiros, Vol I. Welch, Cliff et al (orgs) Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp/NEAD. 2009.

VERÇOZA, L. V. ; SILVA, M. A. M. . Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexos causal como uma forma de resistência. SÉCULO XXI - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS , v. 7, p. 216. 2017.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, v. 41, 2002.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste* (Vol. 13). São Paulo: Hucitec. 1995.

WOORTMANN, Klaas. *Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas*. Caderno Espaço Feminino, v. 19, n. 1, p. 17-30, 2008.